



Relatório de Riscos e Oportunidades Sociais, Ambientais e Climáticas

2025



Prefácio



Felipe Guimarães Geissler Prince
Vice-Presidente de Controles
Internos
e Gestão de Riscos



Jose Ricardo Sasseron
Vice-Presidente de Governo e
Sustentabilidade Empresarial

O Relatório de Riscos e Oportunidades Sociais, Ambientais e Climáticas (GRSAC) 2025 reafirma o compromisso do Banco do Brasil com uma gestão de riscos cada vez mais integrada, consistente e alinhada às melhores práticas regulatórias e de mercado. Ao longo deste documento, são apresentados de forma estruturada os avanços na governança, nas estratégias e nos processos de gerenciamento do Risco Social, Ambiental e Climático (RSAC), refletindo a maturidade do tema no âmbito do Conglomerado Prudencial.

A profundidade dos temas aqui consolidados demonstra a incorporação efetiva dos fatores sociais, ambientais e climáticos no gerenciamento de riscos, com destaque para a evolução contínua de indicadores, metodologias e instrumentos de monitoramento, em consonância com as orientações do regulador e com os referenciais internacionais de divulgação. O relatório evidencia, ainda, a visão transversal do RSAC, integrando diferentes Áreas e processos, promovendo uma abordagem que equilibra solidez, transparência e visão de longo prazo.

Mais do que atender a requisitos normativos, este relatório traduz a convicção de que a gestão responsável dos riscos sociais, ambientais e climáticos é também uma fonte relevante de oportunidades. Ao fortalecer sua resiliência e fomentar soluções financeiras sustentáveis, o Banco do Brasil reafirma seu papel como agente de transformação, contribuindo para o desenvolvimento de uma economia mais inclusiva, resiliente e preparada para os desafios do futuro.

Seguimos firmes no propósito de transformar riscos em oportunidades, com responsabilidade, visão estratégica e compromisso com a perenidade dos nossos negócios e com a sociedade.



Para a elaboração do GRSAC, nos pautamos nas orientações do supervisor, refletidas, principalmente, por meio da Resolução [CMN nº 4.943/2021](#), Resolução [BCB nº 139/2021](#) e Instrução Normativa [BCB nº 153/2021](#), nas melhores práticas de mercado, e adotamos como referência os padrões internacionais de divulgação climática consolidada pelo International Sustainability Standards Board (ISSB), os quais incorporam as recomendações originalmente desenvolvidas pela Task Force on Climate-related Financial Disclosures (TCFD).

Cabe destacar que os dados aqui divulgados abrangem as atividades do nosso Conglomerado Prudencial, definido conforme [Resolução CMN nº 4.950](#), de 30 de setembro de 2021, e o conteúdo aborda os aspectos de Governança, Estratégias, Processos de Gerenciamento dos Riscos, Indicadores e Oportunidades associadas aos temas sociais, ambientais e climáticos.



Índice

Tabela GVR: Governança do Gerenciamento do Risco Social, Ambiental e Climático 4

- Instâncias de governança do BB com atribuições no gerenciamento do Risco Social, Ambiental e Climático 5
- Instâncias, suas responsabilidades e relacionamento 6
- Reporte de informações relativas ao Risco Social, Ambiental e Climático 9
- Critérios utilizados para assegurar a consideração do Risco Social, Ambiental e Climático, quando relevantes, nos processos de aprovação e revisão de diversos instrumentos..... 9
- Formas de monitoramento dos objetivos estratégicos e das metas relacionados a aspectos sociais, ambientais e climático 10

Tabela EST: Estratégias utilizadas no tratamento do risco Social, Ambiental e Climático 11

- Identificação dos eventos do Risco Social, Ambiental e Climático que geram possibilidade de perdas relevantes para o BB 12
- Identificação de concentrações significativas, atreladas ao Risco Social, Ambiental e Climático, nas exposições de crédito do BB..... 14
- Como os eventos de Risco Social, Ambiental e Climático são considerados nos negócios, nas estratégias e no gerenciamento de capital do BB..... 16
- Hipóteses de mudanças em padrões climáticos e de transição para uma economia de baixo carbono utilizadas pelo BB na realização de análises de cenários 19
- Capacidade de adaptação do BB, frente as hipóteses de mudanças em padrões climáticos e de transição para uma economia de baixo carbono 24

Tabela GER: Processos de gerenciamento do Risco Social, Ambiental e Climático 25

- Processo de identificação, mensuração e avaliação do Risco Social, Ambiental e Climático 26
- Critérios utilizados para a classificação das exposições quanto ao Risco Social, Ambiental e Climático..... 30
- Mecanismos utilizados para a identificação tempestiva de mudanças políticas, legais ou regulamentares que possam impactar o risco climático de transição incorrido pelo BB..... 32
- Mecanismos utilizados para o tratamento das interações entre o Risco Social, Ambiental e Climático e os demais riscos 33
- Processos de monitoramento, controle e mitigação do Risco Social, Ambiental e Climático 36
- Mecanismos utilizados para o monitoramento de concentrações em setores econômicos, regiões geográficas ou segmentos de produtos e serviços mais suscetíveis a sofrer ou causar impactos sociais, ambientais e climáticos..... 46

Tabela MEM: Indicadores utilizados no gerenciamento do Risco Social, Ambiental e Climático 47

- Indicadores quantitativos utilizados no gerenciamento do Risco Social, Ambiental e Climático..... 48
- Instâncias de governança da instituição com atribuições na identificação das oportunidades de negócios associadas aos temas social, ambiental e climático, considerando as instâncias em seus diversos níveis 53
- Identificação das oportunidades de negócios associadas aos temas social, ambiental e climático que geram possibilidade de ganhos relevantes para a instituição em diferentes horizontes de tempo 54

Considerações Finais 65

Índice de Tabelas

Tabela 1. Relatórios de Alçada do CA	9
Tabela 2. Definição de períodos	13
Tabela 3. Macrossetores econômicos e seus graus de risco (bases dezembro/2024 e dezembro/2025)	15
Tabela 4. Critérios utilizados no desenvolvimento dos Cenários de Mudanças Climáticas	21
Tabela 5. Público dos Questionários de Avaliação dos Níveis de RSAC	27
Tabela 6. Distribuição de mitigadores no custeio agrícola – R\$ milhões.....	32
Tabela 7. Materialização dos impactos do risco climático em outros riscos	34
Tabela 8. Potencial de aquecimento dos gases	50
Tabela 9. Evolução da carteira do RenovAgro – R\$ bilhões	61

Índice de Figuras

Figura 1. Linhas de Defesa	5
Figura 2. Governança da Gestão do RSAC e suas Oportunidades	6
Figura 3. Componentes da taxonomia única de riscos	12
Figura 4. <i>Due Diligence</i> RSAC	26
Figura 5. Integração entre RSAC e demais riscos	33
Figura 6. Compromissos BB 2030 para um Mundo mais Sustentável.....	55
Figura 7. Carteira de Crédito Sustentável.....	60





Tabela GVR: Governança do Gerenciamento do Risco Social, Ambiental e Climático

Descrição da governança do gerenciamento do Risco Social, Ambiental e Climático (RSAC).

Instâncias de governança do BB com atribuições no gerenciamento do Risco Social, Ambiental e Climático

Nossa estrutura de governança estabelece diretrizes para a composição de um portfólio de negócios mais sustentáveis e com mais equilíbrio entre riscos e retornos. Alinhados à nossa [Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática \(PRSAC\)](#), integramos as dimensões econômica, social, ambiental e climática nos negócios e na relação ética e transparente com os públicos de relacionamento, em atendimento à [Resolução CMN no 4.945/2021](#).

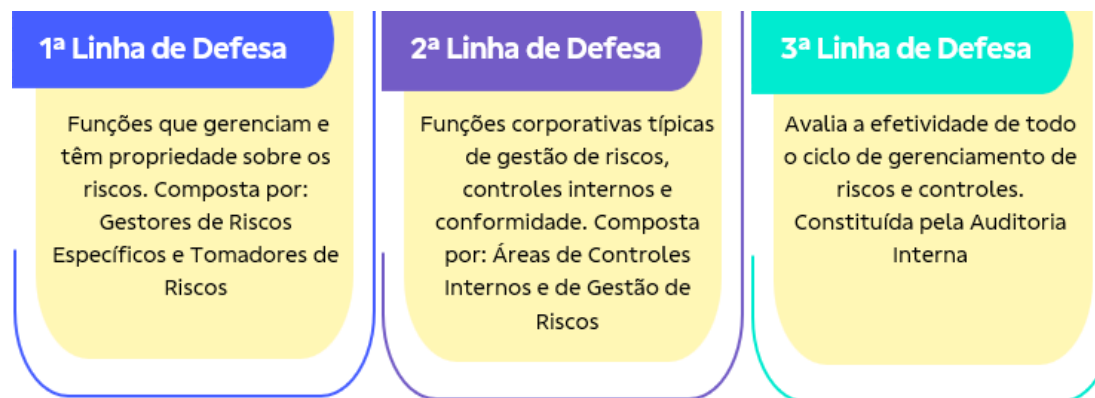
Nesse contexto, em consonância com a [Resolução CMN nº 4.943/2021](#), anualmente revisamos a [Política Específica de Gerenciamento de Riscos e de Capital](#), com a manutenção dos enunciados de gerenciamento do RSAC. Após análise em 2025, seu conteúdo foi ratificado pelo CA, uma vez que permanece o alinhamento com as regulamentações vigentes e melhores práticas de gestão, mostrando-se adequada para orientar o comportamento do Banco do Brasil e se constituir como referência para Entidades Ligadas ao Banco do Brasil (ELBB).

Em adição, avaliamos continuamente nossa estrutura de governança, buscando aderência aos aspectos e padrões previstos nas normas emitidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pelo Banco Central do Brasil (Bacen). Do mesmo modo, buscamos alinhamento às melhores práticas de gestão, observando a definição de papéis e responsabilidades compatíveis nos diversos órgãos da nossa estrutura de governança.

Nessa estrutura, considerando a interação entre as Unidades Estratégicas, Táticas e Operacionais do BB para gestão e mitigação

do RSAC, adotamos o Modelo Referencial de Linhas de Defesa (MRLD), com base em três linhas de defesa:

Figura 1. Linhas de Defesa



O MRLD tem a finalidade de manter um Sistema de Controles Internos e Gestão de Riscos efetivo e integrado, contribuindo para proporcionar mais segurança para que os objetivos estratégicos sejam alcançados.

Ademais, é importante destacar que o modelo de governança para gerenciamento integrado de riscos e de capital, adotado pelo BB, abrange os seguintes aspectos:

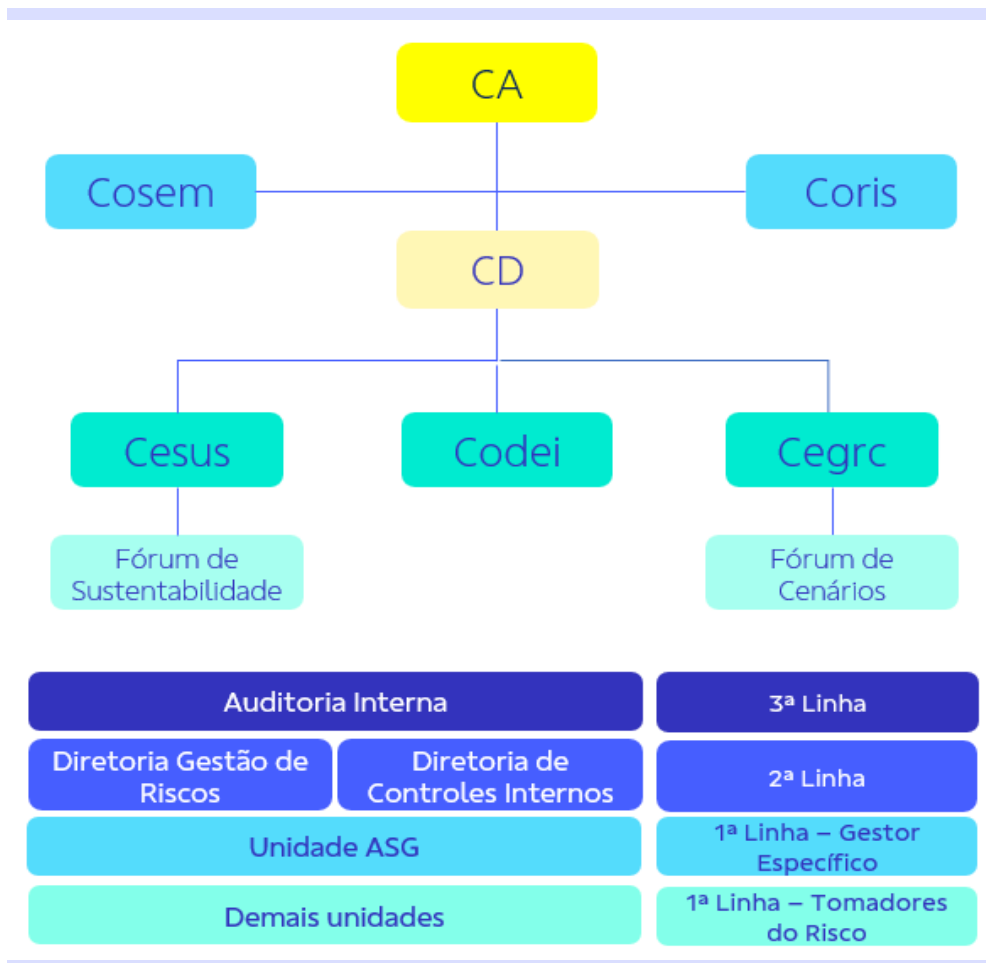
- segregação de funções entre negócio e gestão de riscos;
- estrutura específica de gestão de riscos e capital;
- processo de gestão definido;
- decisões colegiadas em diversos níveis hierárquicos;
- normas claras e estrutura de alçadas;
- referência às melhores práticas de gestão.



Instâncias, suas responsabilidades e relacionamento

A Governança da Sustentabilidade Empresarial e do Gerenciamento do RSAC (MRLD) possui a seguinte estrutura:

Figura 2. Governança da Gestão do RSAC e suas Oportunidades



Conselho de Administração (CA) – Órgão de administração que reúne atribuições estratégicas, orientadoras, eletivas e fiscalizadoras, além ser responsável pela aprovação das Políticas, da Estratégia Corporativa, do Orçamento Geral e da Declaração de Apetite e Tolerância a Riscos (RAS). Acompanha o desempenho social, ambiental e climático da instituição, bem como as iniciativas em andamento.

Conselho Diretor (CD) – Órgão colegiado formado por Presidente e Vice-presidentes; responsável por propor e fazer executar ações e instrumentos relacionados às Políticas, à Estratégia Corporativa, ao Orçamento Geral, à Declaração de Apetite e Tolerância a Riscos (RAS), e por propor, aprovar e fazer executar ações e instrumentos relacionados aos Planos, ao Acordo de Trabalho, aos lucros apurados, entre outros. Acompanha o desempenho social, ambiental e climático da instituição, além das ações correlatas em andamento.

O CA e o CD objetivam garantir o alinhamento do processo de gerenciamento do RSAC com as definições e direcionamentos das nossas políticas institucionais e da nossa Estratégia Corporativa.

Comitê de Sustentabilidade Empresarial (Cosem) – Órgão colegiado que se reporta ao Conselho de Administração e tem por finalidade assessorar o CA em temas relacionados à sustentabilidade e à responsabilidade social, ambiental e climática, considerando as melhores práticas de mercado e os compromissos assumidos voluntariamente pelo Banco.

Comitê de Riscos e de Capital (Coris) – Órgão colegiado e estatutário de caráter permanente que assessoro o Conselho de Administração no exercício das suas funções relativas à gestão de riscos, entre os quais o social, ambiental e climático.



Comitê Executivo de Sustentabilidade (Cesus) – Órgão vinculado ao CD e composto por Vice-presidentes e Diretores. Responsável pelo acompanhamento da execução do [Plano de Sustentabilidade e dos Compromissos BB 2030 para um Mundo + Sustentável, que integram a Agenda 30 BB](#), orienta a implementação de iniciativas de sustentabilidade com potencial impacto nos negócios, define diretrizes para o tema, além de conferir visão multidisciplinar às tomadas de decisão. Além disso, incorporou as atividades do Comitê Executivo de Pessoas, Equidade e Diversidade (Ceped), passando a aprovar diretrizes e objetivos relativos ao Programa de Diversidade, Equidade e Inclusão.

Comitê Executivo de Gestão de Riscos, Controles Internos, Ativos, Passivos, Liquidez e Capital (Cegrc) – Órgão vinculado ao CD, composto exclusivamente por Vice-presidentes, cuja finalidade é aprovar estratégias, diretrizes e planos de contingências, além de acompanhar relatórios, resultados e evoluções, referentes à Gestão de Risco, Controles Internos, Gerenciamento de Capital e Gestão de Ativos, Passivos e Liquidez.

Conselho Consultivo de Diversidade, Equidade e Inclusão (Codei) – Órgão vinculado ao CD, composto pela Presidenta (Presi), por vice-presidentes e diretores. Tem por objetivo o debate e trocas de experiências sobre Diversidade, Equidade e Inclusão (DE&I) na gestão do BB, tendências e melhores práticas de mercado.

Fórum de Sustentabilidade BB – Instância composta por gerentes executivos do Banco do Brasil e da Fundação Banco do Brasil. Apoia a incorporação, o alinhamento e a disseminação dos preceitos e práticas de sustentabilidade, além de acompanhar as iniciativas sociais ambientais e climáticas e a implantação das ações do [Plano de Sustentabilidade da Agenda 30 BB](#). Tem periodicidade trimestral e está subordinado ao Cesus.

Fórum de Cenários – Analisa cenários macroeconômicos, idiossincráticos e de mudanças climáticas, com foco na sua integração com a estratégia corporativa e os riscos e oportunidades relevantes. Composto por gerentes executivos, está subordinado ao Comitê Executivo de Gestão de Risco e Capital (Cegrc).

Auditoria Interna (Audit) – Unidade subordinada ao CA – Responsável pela realização de auditorias periódicas e independentes, com foco nos riscos a que o Conglomerado está exposto, avaliando as ações de gerenciamento de riscos e a adequação dos controles internos, a partir da verificação de sua qualidade, suficiência, cumprimento e efetividade.

Diretoria Gestão de Riscos (Diris) – Área subordinada à Vice-Presidência de Controles Internos e Gestão de Riscos (Vicri). Responsável pela gestão corporativa do Risco Social, Ambiental e Climático, em 2ª Linha de Defesa.

Diretoria Controles Internos e Compliance (Dicoi) – Área subordinada à Vice-Presidência de Controles Internos e Gestão de Riscos (Vicri), que supervisiona, assessora e avalia os controles sobre os riscos e a qualidade da gestão dos riscos, atuando em 2ª Linha de Defesa.

Unidade ASG – Área subordinada à Vice-presidência Negócios Governo e Sustentabilidade Empresarial (Vigov). Responsável pela condução do tema Sustentabilidade Empresarial e pela gestão específica do Risco Social, Ambiental e Climático, em 1ª Linha de Defesa.

Tomadores de Risco, com processos em destaque conduzidos pelas seguintes áreas:

Diretoria de Crédito (Dicre) – Área subordinada à Vice-presidência de Controles Internos e Gestão de Riscos (VICRI). Responsável, em 1ª Linha de Defesa, do Risco Social, Ambiental e Climático relacionado ao processo de crédito.

Diretoria de Suprimentos, Infraestrutura e Patrimônio (Disec) – Área subordinada à Vice-presidência Corporativa (Vicor). Responsável pelo gerenciamento do Risco Social, Ambiental e Climático, em 1ª Linha de Defesa de bens não de uso e aplicação das diretrizes e instruções relacionadas ao RSAC, para as áreas demandantes de compras, contratações, locações, recursos lógicos e ecoeficiência.

Diretoria de Agronegócios e Agricultura Familiar (Dirag) – Área subordinada à Vice-presidência de Agronegócios e Agricultura Familiar (Vipag). Responsável pelo Risco Social, Ambiental e Climático, em 1ª Linha de Defesa, relacionado ao processo do agronegócio.

Diretoria Gestão da Cultura e de Pessoas (Dipes) – Área subordinada à Vice-presidência Corporativa (Vicor). Responsável pelo Risco

Social, Ambiental e Climático, em 1ª Linha de Defesa, relacionado a pessoas.

Por fim, cabe destacar que a área responsável pela Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática, aprovada pelo CA, é a Unidade ASG e que, de acordo com a Resolução CMN [nº 4.557/2017](#), o Vice-Presidente de Controles Internos e Gestão de Riscos é o Chief Risk Officer (CRO), responsável pelo gerenciamento de riscos do BB e indicado pelo CA.





Reporte de informações relativas ao Risco Social, Ambiental e Climático

Elaboramos, periodicamente, reportes aos órgãos de governança a fim de disponibilizar informações necessárias para o acompanhamento e a tomada de decisão no processo de gerenciamento do risco. A seguir, detalhamos os principais reportes desenvolvidos, de alçada do CA:

Tabela 1. Relatórios de Alçada do CA

Relatório	Destinatário	Periodicidade
Painel de Riscos ¹	Cegrc CA	Mensal Bimestral
Resultado do Ciclo de Avaliação da Gestão de Riscos, Segurança e Controles Internos das ELBB	Coris, CD e CA	Anual
Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (Icaap)	CA	Anual
Reportes de temas relacionados a sustentabilidade	Cosem, CD e CA	Semestral
Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC)	CD e CA	Trienal

¹ Ferramenta na qual se reporta o consumo de limites específicos e globais estabelecidos na Gestão dos Riscos.

Critérios utilizados para assegurar a consideração do Risco Social, Ambiental e Climático, quando relevantes, nos processos de aprovação e revisão de diversos instrumentos

De acordo com as atribuições de cada instância, a governança responsável analisa os requerimentos mínimos de capital, os direcionamentos da estratégia corporativa, o perfil de riscos do BB, o atendimento regulatório, as perspectivas econômicas e seus desafios para a indústria financeira, a visão de analistas de mercado, os anseios da sociedade, o comportamento dos principais concorrentes, a dinâmica de formação de resultado e os resultados obtidos com o programa de teste de estresse do BB.

As decisões dos atores da governança buscam assegurar a consideração dos riscos relevantes, incluindo, especificamente, o Risco Social, Ambiental e Climático na aprovação e revisão de diversos processos.

Nesse contexto, a Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC), revisada em 2025, orienta o comportamento em relação à responsabilidade social, ambiental e climática. Os princípios expressos na PRSAC se desdobram nas iniciativas que compõem o [Plano de Sustentabilidade – Agenda 30 BB](#), em diretrizes e instruções normativas internas, o que resulta na ponderação de variáveis econômicas, sociais, ambientais e climáticas no desenho e desenvolvimento dos processos, produtos e serviços do BB.

A Política Específica de Crédito aborda questões relacionadas ao respeito aos Direitos Humanos como a não exploração sexual de menores; a não exploração de mão-de- obra infantil ou de trabalhadores mantidos em condições degradantes ou análogas à de trabalho escravo.



As demais políticas – [Política Específica de Relacionamento do Banco com Terceiros](#), [Política Específica de Gerenciamento de Riscos e de Capital](#), [Política de Privacidade](#), [Política de Participações Societárias](#), [Política Específica de Remuneração de Administradores](#), entre outras – contemplam aspectos socioambientais diversos, que são também considerados em práticas negociais e administrativas.

Essas orientações estão alinhadas às Diretrizes e Compromissos assumidos pelo BB. Por exemplo, as [Diretrizes de Sustentabilidade para o Crédito](#) orientam a consideração de aspectos sociais, ambientais e climáticos na análise, concessão e gestão do crédito. Esse documento também inclui uma Lista de Exclusão e de Restrição, que indica atividades que o Banco não financia, seja por impedimentos legais ou por não estarem alinhadas às diretrizes do BB, ou sob condições específicas, com critérios mais rigorosos. O objetivo é dar transparência às práticas adotadas pelo Banco do Brasil, sendo esse documento revisado regularmente com a participação de diversos intervenientes.

Em 2025, houve a revisão dos documentos [Compromissos BB com os Direitos Humanos](#) e [Compromisso BB com as Mudanças Climáticas](#). O primeiro, é um guia que orienta o comportamento e as diretrizes do Banco do Brasil (BB) em relação aos direitos humanos. Já o segundo, detalha as ações e estratégias do Banco do Brasil (BB) para enfrentar os desafios climáticos e promover a sustentabilidade.

Como forma de concretizar esses resultados, os direcionadores em sustentabilidade são avaliados por meio de indicadores definidos com base na Estratégia Corporativa, que vão do nível estratégico até o nível operacional, abrangendo todas as unidades.

Formas de monitoramento dos objetivos estratégicos e das metas relacionados a aspectos sociais, ambientais e climático

Monitoramos objetivos estratégicos e metas relacionados a aspectos sociais, ambientais e climáticos a fim de avaliar seu cumprimento. Os indicadores do Plano Diretor – documento que define e consolida indicadores e metas para cada um dos objetivos estratégicos de longo prazo da Estratégia Corporativa do Banco do Brasil (ECBB) – são reportados ao CA por meio de reuniões, apresentações e painéis.

Além do Plano Diretor, monitoramos também o Acordo de Trabalho das unidades estratégicas que contêm objetivos e indicadores propostos na ECBB.

Por fim, reporta-se ao Cosem e ao Cesus o desempenho social, ambiental e climático do Banco do Brasil que abrange, entre outros aspectos, as iniciativas desenvolvidas no âmbito do [Plano de Sustentabilidade](#) e dos demais compromissos de sustentabilidade assumidos, como exemplo, os [Compromissos BB 2030 para um Mundo mais Sustentável](#), que integram a [Agenda 30 BB](#).

Tabela EST: Estratégias utilizadas no tratamento do risco Social, Ambiental e Climático

Identificação e descrição dos impactos reais e potenciais, quando considerados relevantes, do risco social, ambiental e climático sobre os negócios, as estratégias e o gerenciamento de risco e de capital da instituição.

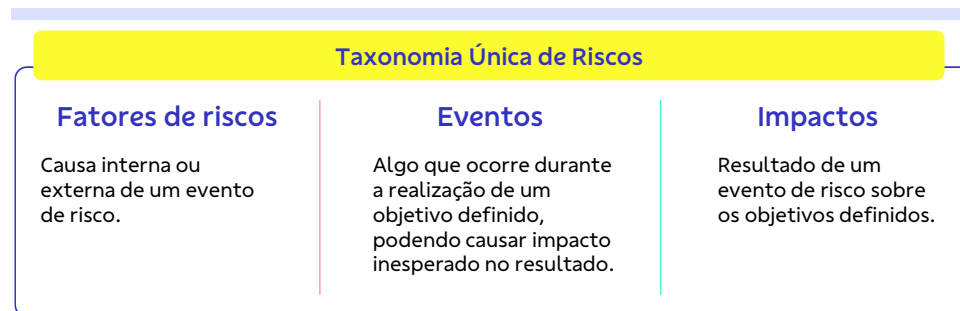
Identificação dos eventos do Risco Social, Ambiental e Climático que geram possibilidade de perdas relevantes para o BB

A identificação de riscos faz parte de um processo contínuo de gerenciamento de riscos e capital e é fundamental para nossa organização. Nesse processo, validado anualmente pelas auditorias interna e externa e fiscalizado pelos Órgãos de Regulação e Fiscalização, empregamos insumos internos e externos, tais como:

- Riscos que possam impactar o atingimento dos objetivos constantes na Estratégia Corporativa;
- Riscos inerentes às atividades das Entidades Ligadas ao Banco do Brasil (ELBB);
- Fatores de riscos constantes no [Formulário de Referência do BB](#) que sejam considerados relevantes e que possam impactar os negócios e os resultados das nossas operações;
- Riscos identificados pelos gestores de primeira linha de defesa em seus processos;
- Diretrizes regulatórias no Brasil e no exterior;
- Consultorias e publicações especializadas; e
- *Benchmark* de instituições financeiras no Brasil e no exterior.

A partir desses insumos, atualizamos nossa Taxonomia Única de Riscos que consolida, em um mesmo instrumento, todos os fatores, eventos e impactos dos riscos inerentes às atividades desempenhadas pelo Banco e constitui subsídio para o processo de definição da relevância dos riscos do Conglomerado Prudencial do Banco do Brasil.

Figura 3. Componentes da taxonomia única de riscos



Tendo em vista a natureza causal do RSAC, ele é classificado como fator de risco na Taxonomia, que pode originar eventos que impactem os demais riscos relevantes do BB, demandando um processo preventivo de gestão. Em 2025, visando maior clareza e padronização na identificação das causas relacionadas a esses riscos, revisamos e ampliamos a estrutura do dicionário de fatores de riscos e da taxonomia do Risco Social, Ambiental e Climático (RSAC).

Esse instrumento permite identificar possíveis fatores de risco – como trabalho análogo ao escravo, contaminação do solo, estiagem, excesso de chuva, entre outros – de forma não exaustiva e sem sobreposição de sua caracterização e classificação, bem como eventos e impactos dos riscos.

Visando abarcar uma quantidade maior de informações e mitigar vieses, adicionamos à avaliação do RSAC variáveis locais – alimentadas por informações de fontes externas, como a identificação do Bioma Amazônia e Índices de Vulnerabilidade socioambiental e climática, que nos permitem vislumbrar como os riscos estão distribuídos (ou concentrados) no território nacional, com granularidade em nível de município, tal como ocorre nas fontes



externas que as alimentam. A tabela GER inclui o detalhamento dessas variáveis.

Quanto aos horizontes temporais definidos no acompanhamento das exposições dos segmentos de Pessoa Física, Produtor Rural e Pessoas Jurídicas, no conceito de proporcionalidade utilizado na metodologia de sensibilidade ao RSAC, adotamos as seguintes premissas:

Tabela 2. Definição de períodos

Público	Curto Prazo	Médio Prazo	Longo Prazo
Pessoa Física	até 1 ano	de 1 a 4 anos	a partir de 4 anos
Pessoa Jurídica	até 1 ano	de 1 a 3 anos	a partir de 3 anos
Produtor Rural	até 1 ano	de 1 a 5 anos	a partir de 5 anos

Além das informações geradas internamente, na avaliação de clientes e operações utilizamos informações de fontes externas confiáveis para gestão do Risco Social, Ambiental e Climático, dentre as quais destacamos:

- Lista de Trabalho Análogo à Escravidão, do Ministério do Trabalho e Emprego;
- Autuação e Embargos, do Ibama¹;
- Embargos do ICMBio²;
- Plataforma MapBiomas Alertas;
- Avaliação de Risco Climático de Setores Econômicos, do [NGFS \(Network for Greening the Financial System\)](#)³;
- Acompanhamento do nível de alerta e emergência de barragens de mineração - Agência Nacional de Mineração;
- Notícias públicas atreladas a situações sociais e ambientais, de diversas fontes de mídia.

¹Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

²Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

³Programa que visa mobilizar o sistema financeiro mundial para apoiar a transição para uma economia de baixo carbono.

Nesse contexto, a fim de complementar o conjunto de insumos utilizados para gestão, é realizado o acompanhamento diário da situação dos municípios atingidos por eventos climáticos relacionados a chuvas e estiagens, por meio de consulta a bases públicas oficiais. Essas informações são tratadas no Painel de Monitoramento de Eventos Climáticos, possibilitando avaliar os impactos na carteira de crédito e promover, quando necessário, ações para o adequado gerenciamento do crédito concedido.

No que tange às perdas operacionais relacionadas ao Risco Social, Ambiental ou Climático, realizamos o acompanhamento visando sua prevenção e mitigação. Para o estabelecimento de critérios mínimos para o mapeamento de perdas, consideramos a SARB 14⁴ que corrobora na identificação de elementos relacionados ao RSAC, presentes nos processos administrativos e judiciais em que a instituição financeira seja parte. A partir do sistema institucional de Perdas Operacionais do BB, geramos uma base com a extração dos eventos das perdas categorizadas, cujas causas tenham vínculo com o Risco Social, Ambiental e Climático.

No processo de monitoramento dessas perdas, realizamos aprimoramentos contínuos nas bases de dados, apoiados, principalmente, no trabalho de revisão do rol de eventos vinculados às perdas operacionais e atrelados a fatores sociais, ambientais ou climáticos. Ademais, observamos que ao longo de 2025 não foram identificadas perdas operacionais significativas em função de fatores sociais, ambientais e climáticos.

⁴ Sistema de Autorregulação Bancária desenvolvido para Federação Brasileira de Bancos (Febraban).

Identificação de concentrações significativas, atreladas ao Risco Social, Ambiental e Climático, nas exposições de crédito do BB

Estruturamos o processo de crédito a partir de metodologias de cálculos de risco e limite, em linha com as melhores práticas de gestão e contemplando os processos de:

- cadastro;
- análise de risco e estabelecimento do limite de crédito;
- análise de projetos de investimento;
- contratação e condução de operações; e
- gestão do risco, com o suporte de normativos e estrutura organizacional especializada.

Em todas as etapas são considerados os aspectos particulares do Risco Social, Ambiental e Climático que podem impactar a Instituição.

A identificação e o acompanhamento das exposições aos riscos possibilitam o aprimoramento da gestão à medida que auxiliam na tomada de decisões quanto à realização ou não de determinados negócios – tendo em vista o grau de risco, o apetite da instituição e a concentração atual. Na Tabela 3 a seguir, é possível observar a avaliação da sensibilidade das exposições a cada um dos riscos para os macrossetores, que compõem a carteira do BB e seus respectivos saldos.





Tabela 3. Macrossetores econômicos e seus graus de risco (bases dezembro/2024 e dezembro/2025)

Macrossetores	Social	Ambiental	Climático	Saldo (%) 2024	Saldo (%) 2025
Adm. Publica	Médio	Baixo	Baixo	15,51	16,50
Agronegócio de Origem Animal	Alto	Médio	Alto	4,37	4,12
Agronegócio de Origem Vegetal	Alto	Médio	Alto	9,68	10,90
Atividades Específicas da Construção	Médio	Médio	Alto	2,82	2,68
Automotivo	Médio	Médio	Alto	4,76	3,82
Bebidas	Baixo	Médio	Alto	0,28	0,32
Comercio Atacadista E Ind. Diversas	Baixo	Baixo	Baixo	1,80	2,09
Comercio Varejista	Alto	Baixo	Baixo	6,35	3,40
Construção Pesada	Médio	Médio	Alto	1,16	1,26
Couro e Calçados	Baixo	Alto	Médio	0,43	0,46
Eletroeletrônico	Baixo	Médio	Médio	2,37	2,67
Energia Elétrica	Baixo	Médio	Alto	5,91	5,65
Imobiliário	Alto	Baixo	Alto	2,19	2,18
Instituições e Serviços Financeiros	Baixo	Baixo	Médio	4,11	3,78
Insumos Agrícolas	Baixo	Alto	Alto	2,73	3,57
Madeireiro e Moveleiro	Médio	Alto	Alto	1,28	1,52
Mineração e Metalurgia	Médio	Alto	Alto	4,05	4,82
Papel e Celulose	Baixo	Alto	Alto	1,12	1,94
Petroleiro	Médio	Alto	Alto	5,83	6,88
Químico	Médio	Alto	Alto	3,20	3,27
Serviços	Alto	Médio	Baixo	10,58	10,54
Telecomunicações	Baixo	Médio	Baixo	2,38	1,01
Têxtil e Confecções	Médio	Médio	Médio	1,74	1,70
Transportes	Médio	Alto	Alto	5,33	4,91

Legenda

- Alto
- Médio
- Baixo

Escopo: Operações Típicas de Crédito da área interna + TVMs Privados da área interna + carteira Agro PJ + Carteira adquirida. // Visão Setor Econômico – Carteira PJ



Em complemento, realizamos monitoramento setorial de mercado para fins de gestão do portfólio de crédito e para subsídio ao processo de análise de crédito de clientes, observando, inclusive, o Risco Social, Ambiental e Climático a que estão expostos.

Além da visão setorial, efetuamos avaliação regional da sensibilidade do Risco Social, Ambiental e Climático, considerando todas as exposições do Banco. O percentual do saldo das operações classificadas com alta sensibilidade ao Risco Social, Ambiental e Climático, para cada região, é monitorado, permitindo comparar as concentrações entre as regiões além de subsidiar a gestão do risco.

Como os eventos de Risco Social, Ambiental e Climático são considerados nos negócios, nas estratégias e no gerenciamento de capital do BB

Comprometido em se manter protagonista em sustentabilidade e na promoção de negócios e boas práticas ambientais, sociais e de governança (ASG), o BB incorpora aos negócios, à estratégia e ao gerenciamento de capital aspectos relacionados ao Risco Social, Ambiental e Climático.

Nosso compromisso se manifesta em iniciativas e pactos dos quais somos signatários, como os Princípios do Equador, o Programa Empresas pelo Clima (EPC), os Princípios para o Investimento Responsável (PRI), o *Business Ambition*, o PCAF (*Partnership for Carbon Accounting Financials*) e as recomendações da Força-Tarefa sobre Divulgações Financeiras Relacionadas ao Clima (TCFD).

Cabe destacar que, diante as adequações normativas decorrentes das resoluções CVM 193⁵ de 23/10/2023, atualizada pela CVM 219 de 29/10/2024, e CMN 5.185⁶ de 21/11/2024, bem como as discussões fomentadas pela consulta pública sobre as divulgações de riscos sociais, ambientais e climáticos (Consulta Pública Bacen 127/2025⁷) e pela Taxonomia Sustentável Brasileira (TSB)⁸, realizaremos revisões na estrutura de divulgação das concentrações regionais da metodologia de sensibilidade ao RSAC, de forma a se alinhar à nova classificação das atividades econômicas brasileiras e aos novos padrões de divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade e às mudanças climáticas.

Ainda, se manifesta pela incorporação de questões sociais, ambientais e climáticas no desenvolvimento dos nossos negócios, estratégia, planejamento financeiro e no aprimoramento dos processos de gestão de riscos. Essa visão é traduzida inclusive na elaboração da Estratégia Corporativa do Banco do Brasil.

No processo de formulação da Estratégia Corporativa do BB (ECBB)⁹ e do Plano Diretor, que possui periodicidade de revisão anual e horizonte de abrangência de cinco anos, há a participação de diversas áreas na execução de suas etapas – diagnóstico, priorização das incertezas, elaboração de matriz

⁵ Dispõe sobre a elaboração e divulgação do relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, com base no padrão internacional emitido pelo *International Sustainability Standards Board* – ISSB.

⁶ Altera a Resolução nº 4.818, de 29 de maio de 2020, que consolida os critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

⁷ Aprimoramento das tabelas qualitativas que atualmente compõem o relatório GRSAC e a inclusão de novas tabelas, tanto quantitativas como qualitativas.

⁸ Este instrumento consiste em um sistema de classificação que define, de maneira nítida, objetiva e com base científica, atividades, ativos e/ou categorias de projetos que contribuem para objetivos climáticos, ambientais e/ou sociais, por meio de critérios específicos. A TSB foi oficialmente instituída pelo Decreto nº 12.705 em 31 de outubro de 2025.

⁹ Informações públicas que dizem respeito aos Objetivos Estratégicos, bem como aos respectivos indicadores e metas, estão disponíveis no Relatório Anual, no site de relações com investidores, endereço <https://ri.bb.com.br/governanca-e-sustentabilidade/sustentabilidade/>.



SWOT¹⁰, direcionamentos da Alta Administração, definição dos objetivos estratégicos e seus respectivos indicadores e metas.

Na etapa de diagnóstico, realizamos estudos de inteligência competitiva da indústria financeira, análises macroeconômicas, identificação de megatendências, tendências e incertezas críticas, que podem impactar a atuação presente e futura do Banco, construções de possíveis cenários futuros, além da avaliação dos fatores de riscos relevantes, que incorpora, entre outros, possíveis eventos sociais, ambientais e climáticos.

O estudo e levantamento das megatendências é incorporado como instrumento estruturante de leitura do ambiente externo e de antecipação de transformações de longo prazo que impactam o setor financeiro, a economia e a sociedade. As megatendências orientam a construção de diagnósticos prospectivos e subsidiam decisões estratégicas, contribuindo para a incorporação de temas emergentes ao planejamento institucional e à definição de direcionamentos de médio e longo prazo.

Entre as megatendências consideradas, destaca-se **Mudanças Climáticas & ASG**, que aborda os efeitos dos eventos climáticos extremos, da transição para uma economia de baixo carbono, da preservação da biodiversidade e das crescentes demandas regulatórias e sociais relacionadas à sustentabilidade. Essa megatendência orienta a integração de aspectos ambientais, sociais e de governança à estratégia corporativa e ao desenvolvimento de negócios, reforçando o compromisso do BB com a geração de valor sustentável e a perenidade institucional.

Com o objetivo de adotar medidas de mitigação e/ou revisão das estratégias estabelecidas, avaliamos, de forma contínua, o risco de mudanças nos

ambientes de negócios, que contempla, entre outras, a possibilidade de mudanças sociais, culturais e ambientais, incluindo questões demográficas, mudanças no comportamento de clientes, fatores ASG e condições climáticas ou sanitárias adversas (como, por exemplo, catástrofes e pandemias).

Nesse contexto, alinhados à ECBB, principalmente quanto à geração de resultados sustentáveis para o Banco, revisamos nossa Declaração de Appetite e Tolerância a Riscos (RAS¹¹), na qual declaramos os riscos e os respectivos níveis a que estamos dispostos a assumir. Na revisão da RAS de 2025, foi mantido o Limite de Tolerância a perdas operacionais do RSAC, em percentual do capital principal. Como aprimoramento, foram ajustados limites relacionados a percentuais máximos de exposição de crédito quanto ao nível de suscetibilidade ao RSAC.

Em 2025, no âmbito do processo de Gestão de Crise Corporativa, o Banco do Brasil realizou um simulado de crise focado em cenários de crise corporativa e ASG, envolvendo membros da Alta Administração, no contexto de elevada exposição institucional e visibilidade internacional, como a realização da COP30. O exercício teve como objetivo fortalecer a cultura organizacional em gestão de crises, assegurando respostas rápidas, coordenadas e assertivas, além de testar e aprimorar a efetividade dos protocolos diante de eventos críticos de natureza social, ambiental e climática.

A partir dos resultados do simulado, somados ao engajamento nas ações do [Plano de Sustentabilidade – Agenda 30 BB](#), alinhado à Agenda 2030 da ONU, foi aprovada a iniciativa de aprimoramento do PGC-Plano de Gestão de Crises Corporativas ASG, com a incorporação de cenários de risco ambiental e climático à Matriz de Crises.

¹⁰ Técnica de planejamento estratégico utilizada para auxiliar na identificação de forças (*Strengths*), fraquezas (*Weaknesses*), oportunidades (*Opportunities*) e ameaças (*Threats*) do objeto/assunto analisado.

¹¹ Sigla em inglês para *Risk Appetite Statement*.



Estas medidas reforçam a resiliência organizacional e a capacidade de preparação do Banco do Brasil frente a desafios ambientais e climáticos.

Sob a ótica de oportunidades de negócios, destacamos o [Plano de Sustentabilidade – Agenda 30 BB](#), que visa aprimorar negócios e práticas administrativas ao consolidar ações e indicadores de cunho social, ambiental e de governança. Além de impulsionarem o desenvolvimento social e ambiental, as linhas de negócios propiciam a mitigação dos Riscos Social, Ambiental e Climático, tanto para o banco quanto para os demais envolvidos.

Alinhados a isso, temos negócios, produtos e serviços para todos os nossos públicos de relacionamento voltados a promover uma economia mais verde, diversa e inclusiva. Especialmente aqueles associados ao agronegócio, que predominam na Carteira de Crédito Sustentável do BB (43,61% no 4T25) e impulsionam atividades e melhorias nos setores relacionados à agricultura e pecuária do país.

No âmbito da Biodiversidade, o BB tem buscado promover atividades sustentáveis que contribuam de forma positiva para a conservação

e restauração da vegetação e da biodiversidade na Amazônia Legal, e com isto, identificar novas oportunidades de atuação na cadeia de valor dos negócios sustentáveis, a partir de questões sociais, ambientais e climáticas relevantes e de temas estratégicos para o desenvolvimento sustentável, bem como mitigar eventuais riscos sociais, ambientais e climáticos.

Relacionado às questões sociais, ambientais e climáticas de relevância estratégica, o Banco do Brasil divulga a mercado suas [Diretrizes de Sustentabilidade para o Crédito](#), revisadas em 2024, contemplando, entre outros avanços, a adição de novas atividades na Lista de Exclusão, tais como: tráfico de pessoas, minas terrestres, armas de destruição em massa, petróleo e gás não convencional (areias de alcatrão, óleo e gás de xisto e no Ártico – fraturamento hidráulico e perfuração), extração de carvão mineral e geração de energia termelétrica a partir do carvão mineral – salvo quando a finalidade for a transição de suas atividades para uma economia de baixo carbono ou eficiência energética.

Além disso, no relacionamento com nossos fornecedores, objetivamos melhorar o tratamento e as condições de trabalho

estabelecidas. Através de nossa [Política Específica de Relacionamento do Banco com Terceiros](#), buscamos demonstrar a nossa cultura e os valores, por nós defendidos, no relacionamento com fornecedores e respectivos empregados nos processos de compras, contratações e descarte de materiais. Priorizamos contratações sustentáveis conforme o documento [Padrão de Compras e Descartes](#).

Em consonância, em contratos firmados existem cláusulas em que o fornecedor declara conhecer e respeitar nosso Código de Ética, nossas normas e políticas, dentre outros norteadores. Os colaboradores das empresas fornecedoras recebem termo de ciência que informa seus direitos, principalmente trabalhistas, além dos canais de Denúncia e da Ouvidoria oficiais do Banco do Brasil.

Por fim, acompanhamos nossos fornecedores durante a vigência do contrato e, caso constatada infração das disposições ou à legislação, é aberto processo administrativo que prevê a aplicação de sanção administrativa ou, em último caso, rescisão unilateral.



Hipóteses de mudanças em padrões climáticos e de transição para uma economia de baixo carbono utilizadas pelo BB na realização de análises de cenários

Ciente da relevância e urgência do tema das mudanças climáticas e da importância do engajamento de governos, setor privado e sociedade nos esforços para a redução dos Gases de Efeito Estufa (GEE) e para a adaptação de comunidades em áreas de vulnerabilidade climática, o BB está comprometido com a transição para uma economia de baixo carbono, de acordo com os [Compromissos BB 2030 para um Mundo mais Sustentável](#).

Nesse contexto, desenvolvemos cenários de mudanças climáticas abrangentes, aplicados na visão de macrossetores econômicos, com base em cenários elaborados pelo IPCC¹², para o Risco Climático Físico, e pelo NGFS¹³, para o Risco Climático de Transição.

Usando como base informações presentes no *IPCC Sixth Assessment Report*, optamos por cenários mais compatíveis com percepções nele destacadas, com o objetivo de prever potenciais impactos da mudança do clima na agropecuária

do país e em outros setores econômicos relevantes para os negócios do BB.

A escolha de dois cenários atrelados ao Risco Físico e dois atrelados ao Risco de Transição se deu por entendermos que eles, em conjunto, abarcam uma gama suficiente de possibilidades factíveis para o Brasil.

Dentre os cenários utilizados como referência, temos:

Cenários de Risco Físico

- **RCP 4.5:** cenário intermediário, condizente com o futuro das reduções de emissões relativamente ambiciosas, no qual em 2080 teremos uma redução de 50% das emissões globais. Apesar dos esforços e das metas arrojadas, ainda teríamos um aumento aproximado de temperatura de 2°C;
- **RCP 8.5:** cenário severo, onde as emissões de GEE não parariam de aumentar até o fim do século e a temperatura média da

atmosfera do planeta aumentaria cerca de 4°C.

Cenários de Risco de Transição

- **Net Zero 2050:** cenário mais ambicioso, em que se limita o aquecimento global a 1,5°C, por meio de políticas climáticas mais rigorosas e maior inovação, que possibilitam atingir zero emissões líquidas de CO₂ por volta de 2050. Nele, o risco físico é relativamente baixo, enquanto o risco de transição é alto;
- **Current Policies (Política Atual):** assume que apenas as políticas atualmente implementadas serão realizadas, resultando em elevado risco físico. Sob o enfoque de risco de transição, esse cenário traz pouco impacto, tendo em vista a permanência no estado de dormência, por parte dos governos e reguladores.

¹² Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, em inglês), organização que produz relatórios e análises da produção científica relacionada às mudanças climáticas para apoiar políticas públicas através de projeções futuras de cenários climáticos.

¹³ Network of Central Banks and Supervisors for Greening the Financial System (NGFS), organização de bancos centrais e supervisores do sistema financeiro cujo objetivo é contribuir para o desenvolvimento da gestão de riscos ambientais e climáticos no setor financeiro.



Dessa forma, as hipóteses (cenários) desenvolvidas são:

- i. **Aumento de temperatura inferior a 2°C** (alinhado ao *Representative Concentration Pathway* (RCP) 4.5 e ao *Net Zero 2050*), pressupondo o cumprimento integral do Acordo de Paris¹⁴. Nesse cenário, as políticas são mais rígidas, com o objetivo de zerar as emissões líquidas de CO₂ até 2050 e limitar o aumento da temperatura média a 2°C.

Para tal, observa-se um investimento massivo em tecnologia e o engajamento e cobrança por uma postura mais

sustentável de todos os agentes econômicos. O processo de precificação de carbono se intensifica, gerando a necessidade de adaptação maior de alguns setores.

Diante disso, os Riscos Físicos tendem a ser mitigados e novas fontes de energia e matéria-prima serão desenvolvidas, gerando baixos danos a produção e a população;

- ii. **Aumento médio de 4°C** na temperatura ao final do século (equivalente ao RCP 8.5 e ao *Current Policies*), considerando o não cumprimento do Acordo de Paris e seguindo a tendência atual das emissões. Nessa circunstância, pouca ou nenhuma mudança legal ou regulatória no campo climático, levam a um aumento significativo das emissões globais de GEE, o que tende a intensificar substancialmente os riscos físicos.

Na seara do Risco de Transição, não veremos nada muito diferente do que já presenciamos atualmente. Não teremos avanços no processo de

precificação. A demanda por produtos e serviços sustentáveis continuará sem incentivos e acontecerá de forma bem lenta e gradual. As políticas de indução para uma economia de baixo carbono e regulação sobre as emissões de GEE não irão demandar grandes adaptações e investimentos tecnológicos, causando impacto quase irrelevante para os setores.

Quanto ao Risco Físico, a tendência é um aumento na frequência de eventos climáticos extremos, a ponto de piorar a escassez hídrica e diminuir a disponibilidade de recursos e matérias-primas, gerando uma ameaça a manutenção das atividades e a sobrevivência da população.

Entre os dois cenários desenvolvidos, a diferença se dá na trajetória das mudanças climáticas, frente às medidas adotadas, e no grau de severidade dos impactos no curto, médio e longo prazo.

A seguir, apresentamos os critérios utilizados para avaliação dos riscos e seus impactos nos cenários:

¹⁴ Em 2015, durante a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 21), na França, 196 países se comprometeram a adotar metas para redução de emissões de Gases de Efeito Estufa, tendo por objetivo reduzir as emissões de seus processos produtivos, na tentativa de combinar esforços em benefício de um futuro de baixo carbono, em que o aquecimento médio global não ultrapasse os 2°C acima dos níveis pré-industriais.



Tabela 4. Critérios utilizados no desenvolvimento dos Cenários de Mudanças Climáticas

Critérios para Avaliação do Risco Climático, Físico e de Transição para o Brasil	
Danos físicos	Refere-se aos danos causados por fenômenos meteorológicos extremos e de alterações climáticas graduais sobre os ativos fixos das empresas, assim como possíveis perdas físicas ou a uma diminuição da produtividade ou provocar indiretamente eventos subsequentes, como a perturbação de cadeias de oferta. Os setores mais vulneráveis a este tipo de risco são aqueles intensivos em bens de capital, como o setor de agronegócio, industrial, energia, dentre outros.
Escassez Hídrica	Refere-se às alterações na disponibilidade de água e no regime de chuvas no país. A consequência da escassez hídrica é a redução na oferta de alimentos pelo setor do agronegócio e o comprometimento do fornecimento de energia elétrica nos setores produtivos.
Energia	Os eventos climáticos extremos afetam diretamente o fornecimento de serviços de energia, via alterações na disponibilidade e confiabilidade de fontes renováveis, como água (chuva) para hidrelétricas. A alteração climática ameaça ainda a infraestrutura e instalações de exploração, extração e conversão de energia, por exemplo, plataformas de óleo e gás offshore, refinarias em áreas costeiras etc. Ademais, o clima altera a eficiência dos dispositivos de conversão energética (painéis fotovoltaicos, motores de combustão interna, usinas termelétricas e assim por diante).
Produtividade	Refere-se a relação entre os meios, recursos utilizados e a produção final com os danos causados por eventos climáticos extremos nos setores econômicos.
Tecnologia	Esforços para adoção ou adaptação de tecnologias, produtos e serviços com menor emissão de GEE. Normalmente implica alto custo e elevado aporte de capital.
Regulatório	Mudanças regulatórias que incentivam a transição para uma economia de baixo carbono. Representa o arcabouço normativo que embasa a transição para redução ou eliminação do uso de combustíveis fósseis na produção e consumo intensivo em carbono, requer mudança significativa de processos, com migração para atividades que promovam emissões neutras em todos, ou na maioria, dos setores econômicos. A implementação de tecnologias alternativas pode gerar aumento significativo de custos enquanto à adoção de políticas regulatórias pode induzir a transição por meio do aumento de valor implícito das emissões.
Mudança padrão consumo	A sensibilidade e resiliência dos setores em relação às mudanças climáticas afetarão o padrão de consumo da sociedade pela demanda de novos tipos de serviços e produtos. Setores que fornecem equipamentos de eficiência energética e de geração de energia renovável podem encontrar oportunidades, assim como o setor financeiro, por meio da criação de produtos específicos voltados ao estímulo de uma economia de baixo carbono, evidenciando-se como um ator fundamental nessa transição, intermediando o setor produtivo. Alguns setores serão mais afetados que outros na busca pelo atendimento da demanda do mercado e a facilidade ou dificuldade que encontrarão nesse sentido.
Precificação das emissões	No sentido de incentivar a redução das emissões de carbono, considera-se a atribuição de custo para os setores que mais emitem GEE, o que pode afetar a estrutura de custo das empresas mais intensivas em emissões, como as que estão inseridas no setor de petróleo e gás, indústria pesada e de geração de energia termelétrica. Em contrapartida, aqueles setores de baixa emissão ou emissão negativa de GEE, como o florestal e de geração de energia renovável, podem vender créditos e direitos, obtendo receitas de emissão de carbono. Vislumbra-se que a precificação das emissões se torne um risco material no médio prazo.



No que se refere ao **Risco Físico**, utilizamos os seguintes critérios para o desenvolvimento de nossa narrativa: dependência de energia e do uso da água (escassez hídrica), insumos/produtos agrícolas utilizados na cadeia produtiva e sensibilidade aos eventos climáticos (danos físicos).

Frente a ocorrência de eventos climáticos extremos (estiagens e chuvas abundantes), temos a possibilidade de danos as estruturas de operação, dificuldade de logística, aumento de custos e paralisação das atividades de clientes, o que pode resultar num aumento de inadimplência.

Ademais, por conta da nossa dependência de usinas hidrelétricas para geração de energia, em períodos de escassez hídrica, se faz necessário o acionamento de usinas termelétricas – menos sustentáveis, quando movidas a combustíveis fósseis, e com maiores custos de geração de energia –, o que resulta na elevação no preço da energia elétrica, impactando o orçamento de famílias e empresas, prejudicando a atividade industrial, através da redução da oferta de produtos e o aumento dos preços.

Quanto ao **Risco de Transição**, nossa análise apoia-se nos seguintes critérios: precificação das emissões, necessidade de adaptação tecnológica,

regulações que incentivam a transição para uma economia de baixo carbono e mudanças nos padrões de consumo (reputação).

Sob o viés de mudanças de mercado e tecnologia, podemos presenciar um aumento da exigência de uma conduta responsável das empresas, o que tende a gerar uma mudança na oferta/demanda de certos produtos/serviços, colocando em risco a continuidade de algumas empresas e segmentos.

No campo legal e regulatório, algumas mudanças podem exigir das empresas uma maior capacidade de adaptação/enquadramento para uma economia de baixo carbono, o que pode afetar, por um período, negativamente seus resultados e a manutenção de seus negócios.

Já no âmbito reputacional, caso as expectativas do mercado, de uma melhor conduta social, ambiental e climática, não sejam atendidas pelas empresas, é possível que suas receitas e linhas de crédito sejam afetadas, colocando em risco sua continuidade.

O futuro dos preços e volumes de combustíveis fósseis, juntamente com a descarbonização do setor de energia – através de mudanças para fontes alternativas de energia limpa e implantação de fontes de captura e

armazenamento de carbono (CCS) –, constituem fatores-chave na transição para uma economia de carbono zero.

O Banco do Brasil realiza periodicamente testes de estresse considerando variáveis de mudanças climáticas. Os resultados desses testes permitem identificar pontos de atenção ou fragilidades e avaliar a adequação de capital e liquidez.

Inicialmente, incorporamos ao desenvolvimento de nossos cenários a execução de teste de estresse considerando a variável de “ciclo hidrológico desfavorável” – em que não há recursos hídricos suficientes para suprir a demanda, em determinado sistema hídrico e período, seja por deficiência quantitativa ou qualitativa dos mananciais – visto que no Brasil, em pouco mais de duas décadas, os eventos de escassez hídrica – estiagem e seca – são os mais numerosos e os principais responsáveis, dentre os riscos climáticos, pelos prejuízos.

Como evolução dessa análise, para o teste de estresse foram desenvolvidos dois cenários considerando a ocorrência de um Super *El Niño* e de um *La Niña* forte. Os efeitos decorrentes de um Super *El Niño* foram avaliados tanto na carteira PF Rural — contemplando culturas e regiões selecionadas — quanto na carteira PJ, sob a ótica dos setores econômicos. Na hipótese de



ocorrência desse cenário, as simulações de impacto sobre a estrutura de negócios do Banco do Brasil também indicam resiliência adequada para a absorção dos efeitos resultantes.

De forma semelhante, no que se refere ao fenômeno *La Niña*, foram incorporadas premissas nacionais e internacionais associadas à ocorrência de um evento de forte intensidade. A análise abrangeu, igualmente, a carteira PF Rural — considerando culturas e regiões selecionadas — e a carteira PJ, sob a perspectiva setorial. Na hipótese de ocorrência desse cenário, as simulações de impacto sobre a estrutura de negócios do Banco do Brasil também indicam resiliência adequada para a absorção dos efeitos potenciais.

A atualização do exercício de teste de estresse aprimora e robustece as ações de gerenciamento de riscos no Banco, direciona ações estratégicas, além de atender às necessidades regulatórias e de fortalecimento do tema junto à Alta Administração e às áreas gestoras de negócios quanto aos impactos das mudanças climáticas na carteira do BB.

O BB também utiliza cenários de risco climático de transição, com o objetivo de identificar quais os impactos das trajetórias de neutralidade de carbono para o Brasil e buscando entender como

cada trajetória afeta os negócios da instituição, e assim, nortear as decisões estratégicas, fortalecendo e aprimorando a gestão de riscos.

A partir da seleção dos cenários de risco climático de transição do NGFS, desenvolvemos análise de sensibilidade aplicada na carteira de crédito do BB. Dentre os cenários de referência disponíveis, foram selecionados os cenários de maior risco de transição e sua melhor adequabilidade ao Brasil nas visões "**Fragmented World**", "**Net Zero**" e "**Delayed Transition**". Além disso, foi realizada uma análise comparativa entre a projeção dada pelo cenário Macroeconômico do BB em relação aos indicadores dos cenários de referência NGFS. No trabalho, foi dada ênfase à dinâmica dos impactos, permitindo a identificação dos principais setores econômicos afetados.

A realização da análise de sensibilidade propicia uma visão mais clara dos impactos dos Riscos Climáticos de Transição sobre a carteira de crédito do BB, disponibilizando material para auxiliar outros processos como de gestão de capital e de teste de estresse.

Em 2025, o NGFS publicou **cenários de curto prazo** que integram política climática, eventos climáticos extremos, tendências econômicas e dinâmicas setoriais. Esses cenários representam uma ferramenta que fornece análise estruturada

dos efeitos imediatos das políticas climáticas e das mudanças climáticas na estabilidade financeira e na resiliência econômica.

Nesse contexto, selecionamos os cenários *Highway to Paris* (HWTP) e *Sudden Wake-Up Call* (SWUC), que percorrem caminhos para tentar atingir reduções de emissões em 2030 que estejam alinhadas com as metas de *Net Zero* para 2050:

- **Highway to Paris:** Uma implementação bem ritmada de políticas climáticas eficazes, em um esforço globalmente coordenado, limita os efeitos negativos. Aumentos graduais nos preços do carbono, juntamente com a reciclagem eficaz das receitas fiscais em investimentos verdes, limitam as perdas de produção global em 2030, enquanto reduzem efetivamente as emissões. Isso resulta em um aumento moderado na taxa de desemprego.
- **Sudden Wake-Up Call:** Transição desordenada que começa abruptamente após um período de inação, exigindo políticas fortes e agressivas para limitar o aquecimento global. Novas políticas climáticas não são introduzidas até 2030, levando a um salto no preço do carbono.



Capacidade de adaptação do BB, frente as hipóteses de mudanças em padrões climáticos e de transição para uma economia de baixo carbono

É fundamental que as empresas estejam aptas a enfrentar mudanças, sejam elas climáticas, legais, sociais ou ambientais. Nesse contexto, nossas ações são orientadas pelo [Plano de Sustentabilidade – Agenda 30 BB](#), instrumento fomentador de negócios e práticas sustentáveis.

Adicionalmente, as narrativas de cenários desenvolvidas nos permitem avaliar diversas atividades associadas ao planejamento estratégico, identificando, previamente, necessidade de aprimoramentos.

Ao analisar como cada critério elencado pode impactar nossos negócios, nos preparamos para oferecer novos instrumentos financeiros ao mercado, como crédito para novas tecnologias, plataformas de negociação de emissões e empréstimos verdes, aproveitando as oportunidades de valor compartilhado.

Com o intuito de estimular ações de redução de emissões de GEE, empreendemos esforços para:

- projetos de geração, distribuição e consumo de energia renovável, incluindo a microgeração descentralizada;
- projetos de eficiência energética para indústrias, visando a substituição por máquinas e equipamentos mais eficientes, e para empreendimentos imobiliários comerciais e residenciais;
- projetos de agricultura de baixo carbono e para a adoção de práticas agropecuárias sustentáveis;
- projetos de manejo florestal madeireiro e não madeireiro sustentáveis e o reflorestamento de florestas nativas e comerciais;
- mobilidade urbana, eficiência energética e mitigação e adaptação de cidades e seus cidadãos aos efeitos das mudanças climáticas;
- acesso de investidores e empresas a capital direcionado à economia de baixo carbono via instrumentos de mercado de capitais;
- projetos e instrumentos econômicos e financeiros que apoiem a implementação da Política Nacional de Mudança do Clima e da Política Nacional de Redução de Emissões;
- engajamento com governos, academia, empresas e terceiro setor para a promoção conjunta de ações que contribuam para a transição para uma economia de baixo carbono.

Em complemento, por meio dos [Compromissos BB 2030](#)¹⁵ para um Mundo mais Sustentável, apoiamos funcionários, clientes, investidores, fornecedores e sociedade na transição para um portfólio, de produtos e serviços, e práticas mais sustentáveis, que gerem valor para as pessoas e para o meio ambiente.

¹⁵ Todos os compromissos estão alinhados a objetivos globais, como o Acordo de Paris e os ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável).



Tabela GER: Processos de gerenciamento do Risco Social, Ambiental e Climático

Descrição da estrutura de gerenciamento do Risco Social, Ambiental e Climático.



Processo de identificação, mensuração e avaliação do Risco Social, Ambiental e Climático

Seguindo as atribuições de responsabilidade expressas pelo MRLD adotado, a gestão do RSAC é desenvolvida em diversas áreas da organização, respeitando o âmbito de atuação. Utilizamos ferramentas que auxiliam na identificação do RSAC, dentre as quais destacamos:

- Anotações cadastrais relacionadas ao tema, de forma automatizada;
- Questionário de Avaliação dos Níveis de Responsabilidade Ambiental, Social e Climático (QRSAC), aplicado na análise de risco e crédito de clientes de maior porte, como Corporate, Large Corporate e Ultra, bem como produtores rurais, cooperativas agrícolas e demais segmentos do setor agropecuário que atendem aos critérios internos de elegibilidade. além de projetos de maior sensibilidade;
- Monitoramento de mídia;
- Índice de vulnerabilidade social;
- Cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo;
- Listas públicas, como embargos e autuações ambientais, e relação de áreas contaminadas;
- Relatório de visita ao cliente;

- Sistema de acompanhamento das mudanças políticas, regulatórias e mercadológicas para adaptação e aprimoramento do processo de gestão;
- *Due Diligence* de fornecedores;
- *Due Diligence* Social, Ambiental e Climático, conforme figura abaixo.

Figura 4. *Due Diligence* RSAC

	Riscos	Cadastro	Análise	Contratação	Condução
Exclusão					
Trabalho Escravo	👤	●	●	●	●
Avaliação de Sensibilidade RSAC: "Muito Alta"	👤 🌿	●	●	●	●
Cadastro Ambiental Rural (CAR)	🌿	●	●	●	●
GeoMapa Rural (sobreposições)	👤 🌿			●	●
Lista Restritiva e de Exclusão	👤 🌿	●	●	●	●
Avaliação					
Alertas de Mídia	👤 🌿	●	●	●	●
Embargos Ibama e ICMBio	🌿	●	●	●	●
Autuações Ibama	🌿	●	●	●	●
Questionário RSAC (QRSAC)	👤 🌿 ☀️		●		
Avaliação de Sensibilidade RSAC: "Alta"	👤 🌿 ☀️	●	●	●	●
Avaliação Customizada (para aqueles com "Alta" Sensibilidade RSAC)	👤 🌿 ☀️		●		
Licenças e Outorgas	🌿		●	●	●
Zoneamento Rural Climático (Zarc)	🌿 ☀️			●	
Mitigação					
Princípios do Equador	👤 🌿 ☀️		●	●	●
Cláusulas e Declarações RSAC	👤 🌿			●	●
Garantias	👤 🌿		●	●	●
Monitoramento - Painéis	👤 🌿 ☀️		●		●
Descumprimento/Sensoriamento	👤 🌿		●		●
Estudos Temáticos	👤 🌿 ☀️		●		●

Legenda: 👤 Social, 🌿 Ambiental, ☀️ Climático



Cabe destacar que o Questionário de Avaliação dos Níveis de Responsabilidade Ambiental, Social e Climático incorporou a nova regulamentação do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central quanto ao Risco Social, Ambiental e Climático, estruturando-se em grupamentos de questões por tipo de risco (social, ambiental e climático), por porte do cliente analisado e por setor de atuação. Em 2025, foi implementada, ainda, a inclusão de questões específicas em atendimento ao normativo SARB 26/2023, da Febraban, que visa à gestão do risco de desmatamento ilegal na concessão de créditos a frigoríficos e matadouros de abate bovino na Amazônia Legal e Maranhão.

Em 2025, foram aplicados 6.605 questionários, dos quais 36 foram referentes a análise de projetos de investimento.

Tabela 5. Público dos Questionários de Avaliação dos Níveis de RSAC

Questionários de Avaliação dos Níveis de RSAC		2025
Nº de questionários RSAC aplicados		6.605
Nº de questionários RSAC corporativos aplicados na análise de risco e limite de crédito	Grupos empresariais	3.155
	Clientes individuais	1.956
	Cooperativas	161
	Produtores rurais (Grupos e individuais)	1.297
		6.569
Nº de questionários RSAC aplicados na análise de projetos de investimento	Grupos empresariais	24
	Clientes individuais	12
		36

As rotinas, ferramentas e procedimentos que compõem o processo de *Due Diligence* do Risco Social, Ambiental e Climático, que reflete o atendimento da legislação aplicável, regulações, políticas, diretrizes, normas, iniciativas e compromissos assumidos pelo Banco, empregadas em todas as etapas do processo de crédito, estão organizadas e disseminadas internamente em ambiente único.

No desenvolvimento e revitalização de produtos e serviços, adotamos um fluxo que inclui verificação prévia de características e impactos ASG. Os procedimentos adotados abrangem orientações ao gestor,

questionário para levantamento de informações e a FAQ de Risco Social, Ambiental e Climático. Este fluxo conta com análise especializada das áreas de ASG e de Controles Internos e tem por objetivo auxiliar na identificação e na avaliação de mecanismos de mitigação dos riscos associados aos fatores sociais, ambientais e climáticos por parte dos gestores no Banco.

Além dos processos de identificação e avaliação de riscos já previstos na [Lei das Estatais](#) (Lei nº 13.303/2016), em Legislação Complementar, no [Regulamento de Licitações e Contratos do Banco do Brasil S.A. \(RLBB\)](#) e aqueles inerentes a atividade de compras e contratações, na mensuração do Risco Social, Ambiental e Climático utilizamos instrumentos de *Due Diligence* de Fornecedores complementares e especializados, por meio de questionários estruturados, pesquisa em fontes abertas e bases internas de informações das empresas avaliadas e seus respectivos administradores, indicadores KRI's¹⁶, soluções analíticas e visitas, visitas *in loco*.

Adotamos, também, indicadores e metodologia de sensibilidade ao RSAC, considerando avaliação em três visões – Setor Econômico, Cliente e

¹⁶O *framework* do gerenciamento do risco operacional, categoria de risco de terceiros, tema fornecedores, estabelece por meio de *Due Diligence* Social e Ambiental aplicada aos fornecedores, *score* de risco do fornecedor em cada avaliação. Além disso, o *framework* também estabelece o *score* de exposição do Banco do Brasil ao risco operacional, categoria risco de terceiros, tema fornecedores, nos temas avaliados.



Operação – e, em complemento, análise atrelada à região geográfica das operações, que permitem classificar, avaliar e monitorar os clientes de acordo com o grau de risco inerente às suas atividades.

Possuímos um conjunto de indicadores que são utilizados para mensuração e monitoramento do risco. Em decorrência das novas resoluções, em períodos anteriores e ao longo de 2025, revisamos a nomenclatura e a forma de cálculo dos indicadores e da metodologia de avaliação de sensibilidade ao Risco Social, Ambiental e Climático.

No que compete à efetiva mensuração do risco, por meio da metodologia de avaliação de sensibilidade ao RSAC, utilizamos informações relacionadas a aspectos sociais, ambientais e climáticos, entre as quais destacamos:

- Lista de trabalho análogo ao de escravo;
- Trabalho infantil;
- Maiores devedores trabalhistas;
- Empresas inidôneas e suspensas;
- Carteira sustentável;
- Seguro rural;

- Proporcionalidade¹⁷;
- Bioma Amazônia¹⁸.

Por meio do Diagnóstico Geo Socioambiental, geramos dados sobre sobreposição de glebas financiadas com diversas bases: Unidades Federativas (IBGE), Biomas (IBGE), Áreas Embargadas (IBAMA/ICMBio/SEMAs), Unidades de Conservação (ICMBio/MMA), Vegetação (IBGE), Clima (IBGE), Relevo (IBGE), Bacias Hidrográficas (IBGE), Solos (IBGE) e Potencial Agrícola (IBGE), entre outras.

Na perspectiva do Risco Climático Setorial, avaliamos a exposição mensurada por meio da [Régua de Sensibilidade Climática da Febraban](#), adaptada para os nossos macrossetores.

Nessa etapa, realizamos análise do setor econômico associado às atividades do cliente, observando a possibilidade de exposição ao Risco Climático, conforme classificação da Força-Tarefa sobre Divulgações Financeiras relacionadas ao Clima (TCFD).

Ainda em termos setoriais, monitoramos ocorrências de eventos climáticos e seus potenciais impactos nos diversos setores da



economia, notadamente em relação às cadeias do agronegócio, de forma a antecipar tempestivamente movimentos de gestão na carteira de crédito.

Complementarmente, por meio do Relatório de Acompanhamento de Clima, realizamos diagnóstico climático e análise das condições das lavouras das principais *commodities* agrícolas afetadas no trimestre, além do prognóstico de clima para o próximo período.

¹⁷ Leva em consideração o prazo da operação e o montante de saldo.

¹⁸ O IBGE dispõe a relação de municípios que compõe o Bioma Amazônia, possibilitando a identificação dos clientes que residem

nesses locais. Entendermos que, clientes que estão localizados nessas áreas estão mais propensos a incorrerem em eventos de risco ambiental.



Pensando na perenidade dos nossos negócios frente às ameaças das mudanças climáticas, analisamos cenários que consideram questões climáticas por meio de análise de sensibilidade, aplicada sobre a carteira do BB, na visão de macrossetores da economia, considerando eventos climáticos físicos e de transição.

No processo de gestão do risco climático, realizamos a identificação e avaliação dos impactos de Risco Físico e de Transição. Para o primeiro, aplicamos teste de estresse considerando variáveis climáticas, como a elevação da intensidade do fenômeno El Niño ou La Niña, para avaliar potenciais efeitos sobre a carteira de crédito. No caso do Risco de Transição, conduzimos análises de sensibilidade com base nos cenários NGFS, examinando como diferentes



trajetórias macroeconômicas podem afetar nossos negócios (detalhamentos na Tabela EST).

Em 2025, o Programa de Testes de Estresse foi aprimorado com avanços relevantes no RSAC, destaca-se:

- Seleção de cenário NGFS de curto prazo para risco de transição;
- Cenário Idiossincrático de Estresse para Risco Cibernético, Risco de TI e Risco de Terceiros decorrente de paralisação das atividades do Banco relacionado a fenômenos inesperados da Natureza/Climáticos;
- No âmbito do risco social, cenário idiossincrático de risco operacional relacionado à categoria problemas trabalhistas;
- Cenário do risco ambiental caracterizado pela ocorrência de acidentes envolvendo barragens de mineração, considerando a relevância econômica do setor e o histórico de tragédias ocorridas no Brasil, como os casos de Mariana e Brumadinho. O cenário considerou condições extremas, como chuvas intensas e prolongadas, saturação do solo e estruturas antigas que não foram concebidas para o regime climático atual, fatores que aumentam significativamente o risco de rompimento.

No âmbito da Avaliação do Risco Social, Ambiental e Climático de Terceiros, subcategoria fornecedor, realizamos uma gestão multidimensional para tratar fatores e eventos de riscos sob possibilidade de perdas financeiras decorrentes do processo de fornecimento de bens e/ou prestação de serviços pelos fornecedores e de danos à reputação da instituição.

Para definição dos níveis de exposição ao Risco Social, Ambiental e Climático dos fornecedores, utilizamos cenários desenvolvidos internamente e metodologia própria com faixas de riscos definidos, controlados e monitorados.

Avaliamos a sensibilidade ao Risco Climático Físico das instalações físicas próprias e de uso relevantes do BB, considerando os direcionamentos da TCFD e do Regulador. A Metodologia auxilia no mapeamento das instalações mais expostas a eventos de Risco Climático Físico, considerando o grau de relevância e impacto para o BB, a partir da observação de histórico e fatores elencados.

Monitoramos diariamente os avisos meteorológicos de perigo e grande perigo que são divulgados no site do Inmet para o dia, e comparamos com o diagnóstico atualizado da exposição das dependências. Como resultado, tem-se as dependências do BB localizadas em municípios com probabilidade de ocorrências de



eventos climáticos relevantes. Além disso, destacamos também a intensificação da comunicação com as dependências para obtenção de informações e envio de orientações.

A avaliação do nível de exposição das instalações do BB nos possibilita análise de impactos e vulnerabilidades, permitindo atendimento contínuo ao cliente e endereçamento de ações de mitigação conforme região geográfica, contribuindo no desenvolvimento de capacidade adaptativa da organização frente às mudanças climáticas, visando oportunidades e melhor gerenciamento do risco.

Critérios utilizados para a classificação das exposições quanto ao Risco Social, Ambiental e Climático

Na avaliação do Risco Social, Ambiental e Climático de Terceiros, subcategoria fornecedor, desenvolvemos indicadores próprios, com faixas de riscos definidas, para medir a exposição do banco, em que consideramos o resultado da avaliação individual dos fornecedores público-alvo e atribuímos pesos diferenciados para as avaliações com riscos mais elevados.

Nas avaliações individuais dos fornecedores, investigamos os seguintes itens:

- Existência de políticas e programas que contemplem ética, integridade, direitos humanos, diversidade e responsabilidade socioambiental, incluindo Código de Ética e Programa de Integridade.
- Certificações reconhecidas (ISO 9001, ISO 14001, ISO 37001, entre outras).
- Canal de denúncias ativo, com garantia de anonimato e prevenção de retaliação.
- Histórico de processos judiciais ou administrativos relacionados a trabalho infantil, assédio, discriminação ou corrupção.
- Relatório de emissões de GEE, política para redução de emissões e ações para mitigação de impactos climáticos.
- Procedimentos para logística reversa, gerenciamento de resíduos e mitigação de impactos ambientais.
- Declaração de conformidade com Lei Anticorrupção (Lei 12.846/2013) e cláusulas contratuais específicas.

Quanto à classificação das exposições da nossa carteira de crédito, sob o viés RSAC, adotamos metodologia específica em que as exposições são avaliadas em três visões – Setor Econômico, Cliente e Operação – e ponderamos, ainda, nas análises, a região geográfica das operações.





Visão Setor Econômico

No âmbito do Risco Social, ponderamos o impacto em cada macrossetor, como “Relevante” para maiores saldos e “Baixo” para menores, considerando ocorrências de eventos de risco relacionados a:

- Trabalho análogo ao de escravo;
- Maiores devedores trabalhistas;
- Incidência de trabalho infantil;
- Notícias relacionadas ao Risco Social resultantes do processo de monitoramento de mídia.

Adicionalmente, utilizamos a ponderação do Risco Social para alguns setores econômicos, referenciada no [Guia para Gestão dos Riscos Sociais](#).

Na esfera Ambiental, além da classificação presente na [Política Nacional do Meio Ambiente](#) (Lei nº 10.165/2000) – que ranqueia as atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais – contabilizamos as ocorrências atreladas a infrações do Ibama (embargos e autuações), embargos do ICMBio e notícias relacionadas a eventos de Risco Ambiental veiculadas na mídia.

Sob o prisma Climático, utilizamos como base a [Régua de Sensibilidade ao Risco Climático](#) proposta pela Febraban – onde há a descrição de diversas atividades/setores econômicos com alta e média exposição ao Risco Climático – adaptada para os nossos macrossetores.

Visão Cliente

Na dimensão Cliente, para exposições do Risco Social e Ambiental, além da classificação do macrossetor, consideramos informações cadastrais do cliente, determinadas pela presença de informações e anotações desabonadoras (de cunho social e ambiental), bem como outras relacionadas ao risco locacional, como o [Índice de Vulnerabilidade Social \(IVS\)](#) e a identificação do Bioma Amazônia.

Para o Risco Climático, consideramos o macrossetor, a proporcionalidade do cliente e a região de atividade do cliente. A esse último critério denominamos risco locacional, que é dado pelo [Índice de Vulnerabilidade a Desastres Naturais de Seca \(IVDNS\)](#) do município onde se desenvolve a atividade objeto da operação.

Visão Operação

Avaliamos nossas operações de crédito quanto à exposição ao Risco Social, Ambiental e Climático, considerando o prazo médio ponderado da operação e o saldo de exposição, além das informações do setor econômico e a variável de constar na Carteira de Crédito Sustentável¹⁹ – que elenca as operações que possuem externalidades sociais, ambientais e climáticas positivas, de acordo com as características das linhas de crédito e setores tomadores.

Os clientes contam com um portfólio diversificado de produtos, incluindo Seguro Agrícola, Seguro Agrícola Faturamento, Proagro e Proagro Mais. Em específico, para o Risco Climático das operações de produtores rurais, consideramos a existência de Seguro Agrícola e Proagro. Em 2025, 43% de todo o custeio agrícola, totalizando R\$ 18,3 bilhões, estiveram cobertos por Seguro Agrícola e Proagro, garantindo a mitigação de riscos relacionados a perdas de produção causadas por eventos climáticos extremos.

A Tabela a seguir demonstra os valores de mitigadores no custeio agrícola, associados às operações rurais no Banco (visão ano/safra).

¹⁹ Possui verificação externa independente pela Nint/ERM (antiga Sitawi), em consonância com as principais taxonomias globais.

Tabela 6. Distribuição de mitigadores no custeio agrícola – R\$ milhões²⁰

	Safra 23/24	Part. %	Safra 24/25	Part. %	Safra 25/26	Part. %
Custeio Agrícola	47.921	100,0	36.267	100,0	23.434	100,0
Total com Mitigador	25.581	53,4	18.144	50,0	9.570	40,8
Seguro Agrícola	20.559	42,9	14.235	39,3	7.045	30,1
Proagro	4.933	10,3	3.829	10,6	2.501	10,7
Proteção de Preço	88	0,2	80	0,2	23	0,1
Sem Mitigador	22.340	46,6	18.123	50,0	13.865	59,2

Mecanismos utilizados para a identificação tempestiva de mudanças políticas, legais ou regulamentares que possam impactar o risco climático de transição incorrido pelo BB

Diante da velocidade das informações que surgem diariamente, é imprescindível o acompanhamento e identificação tempestiva de mudanças políticas, legais ou regulamentares que possam impactar o risco climático de transição incorrido pela instituição. Buscando atualização constante e tempestiva, utilizamos mecanismos para identificação e monitoramento destas mudanças.

Mudanças Políticas

Dada a relevância do assunto, o BB dispõe da Gerência de Relações Institucionais, responsável por coordenar o relacionamento da instituição com os Poderes Executivo e Legislativo Federais, no que se refere às matérias legislativas em produção e em tramitação no Congresso Nacional.

Nesse âmbito, potencializamos oportunidades e mitigamos riscos por meio de identificação de assuntos que podem impactar o Banco, atuando de forma preventiva. Além disso, monitoramos, via dados abertos, as matérias apresentadas e todas as tramitações dos projetos no Congresso Nacional.

Para o monitoramento, possuímos ferramenta própria que possibilita amplo acompanhamento das atividades (pronunciamentos parlamentares, pleitos, audiências públicas e matérias legislativas) e instrumentos (projeto de lei, medida provisória, requerimento de informação, indicação, projeto de resolução, entre outros) que estão em fase de apreciação pelo Congresso Nacional, ou por suas Casas (Câmara dos Deputados e Senado Federal) e Comissões.

Mudanças Legais ou Regulamentares

Para monitorar requisitos regulatórios e mudanças legais, utilizamos inteligência artificial para analisar automaticamente as normas externas dos principais reguladores.

De posse das informações resultantes, as áreas responsáveis pela internalização das normas avaliam o seu impacto e declaram as ações necessárias de forma tempestiva, a fim de garantir que produtos, serviços, processos e canais do BB estejam sempre em conformidade com as exigências dos órgãos reguladores.

²⁰ Fonte: Relatório de Análise de Desempenho 4T25 – Disponível em: https://api.mziq.com/mwg-internal/de5fs23hu73ds/progress?id=EMtyvW41vXFEBQ_Z2OoXreblOouCHVbeWjvoQpF_kmA,&dl, p. 83.

Mecanismos utilizados para o tratamento das interações entre o Risco Social, Ambiental e Climático e os demais riscos

No âmbito do gerenciamento integrado de riscos, descrição dos mecanismos utilizados para o tratamento das interações entre o Risco Social, Ambiental e Climático, e entre esse e os demais riscos incorridos pela instituição, observado o disposto no art. 38-E da Resolução nº 4.557, de 2017.

Nossa estrutura de gerenciamento de riscos permite a avaliação do nível de exposição aos riscos financeiros e não-financeiros, bem como de suas interações. O Risco Social, Ambiental e Climático pode gerar impactos nos demais riscos relevantes da instituição dada sua transversalidade e causalidade. Assim, nossa Taxonomia Corporativa de Riscos, relaciona os eventos dos Riscos de Crédito, Mercado, Operacional, de Reputação e Liquidez aos Fatores Ambiental, Social e Climático.

Dado que a ocorrência de eventos relacionados aos riscos relevantes pode gerar exposição ao risco de reputação, monitoramos menções ao Banco e suas Entidades Ligadas (ELBB), em publicações e posts na imprensa digital e redes sociais relacionados a temas sensíveis, inclusive os de natureza social, ambiental e climática.

Nessa perspectiva, a gestão integrada de riscos possibilita o acompanhamento da nossa exposição, identificando os sombreamentos entre as diversas categorias, o que viabiliza

melhor avaliação dos impactos nas interações entre os riscos, promovendo aprimoramento da gestão e adoção de estratégias e mitigadores mais assertivos, tais como:

- marcação na base de perdas operacionais, quanto aos fatores RSAC associados, para conhecimento de sua exposição e;
- atuação preventiva no processo de gestão, de modo a minimizar a ocorrência de outros riscos.

Figura 5. Integração entre RSAC e demais riscos



*Fornecedores, Correspondentes e Parcerias



A manifestação do Risco Climático pode se dar de diversas formas. A Tabela a seguir apresenta exemplos, não exaustivos, de diferentes tipos de riscos físicos e de transição e sua materialização em impactos diretos ou indiretos para a instituição em quatro dos diversos riscos gerenciados.

Impactos diretos são aqueles de fácil identificação, uma vez que resultam da simples ação de causa e efeito. Por outro lado, impactos indiretos resultam de uma reação secundária, ou parte de uma cadeia de reações do mercado financeiro, nas economias locais ou em outras empresas.

Tabela 7. Materialização dos impactos do risco climático em outros riscos

Risco	Climático Físico		Climático de Transição	
	Direto	Indireto	Direto	Indireto
Risco de Crédito - Possibilidade de perdas decorrentes do não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente de deteriorações na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.	O aumento da frequência e severidade de eventos climáticos gera danos ao cliente e/ou danos à sua propriedade, o que pode ocasionar um aumento da probabilidade de inadimplência, bem como desvalorização dos bens dados em garantia.	O aumento dos danos diretos resultantes de eventos climáticos severos eleva os custos de seguro e/ou preço dos insumos, afetando a capacidade de pagamento dos clientes.	Mudança nos hábitos dos consumidores alteram a lucratividade de empresas que demoram a se adaptar a economia de baixo carbono.	Baixa rentabilidade de indústrias carbono intensivas leva a redução da produção de economias locais, aumento de desemprego e de risco de inadimplência (queda PIB regional).
Risco de Mercado - Possibilidade de perdas decorrentes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Instituição.	O calor e a seca causam variabilidade na produção agrícola ou o clima severo perturba as cadeias de fornecimento de commodities, levando à volatilidade dos preços.	Aumento da frequência e severidade de eventos climáticos extremos em uma região de alto risco leva a mudança sistêmica nos tipos de culturas produzidas nas regiões afetadas.	A redução da demanda do consumidor por produtos/serviços menos sustentáveis e de alta emissão de carbono impacta negativamente o valor patrimonial das empresas de transição lenta.	Demanda sustentada por ativos "verdes" associada a restrições na cadeia produtiva levam a volatilidade dos preços desses ativos.
Risco Operacional - Possibilidade de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou eventos externos.	Evento climático severo pode causar danos às estruturas do Banco, causando a interrupção temporária de serviços e negócios. Além disso, podem causar desvalorização dos bens não de uso, implicando em perda operacional.	Eventos climáticos cada vez mais frequentes e destrutivos em regiões de alto risco físico levam à migração de empresas e residentes para fora dessas regiões, criando desafios de contratação e retenção de funcionários para os locais.	A implementação de novos modelos de negócio, a elaboração de relatórios relativamente a metas relacionadas com o clima e o surgimento de várias expectativas regulamentares relativas à questão em nível mundial conduzem a um aumento do risco operacional, devido implementação inadequada.	Cenário regulatório e jurídico ambíguo e em rápida evolução sobre questões climáticas ocasionando mais litígios contra o setor financeiro, promovendo ao aumento dos custos jurídicos e de conformidade.
Risco de Estratégia - Possibilidade de resultados observados diferentes dos inicialmente esperados, em virtude de mudanças no ambiente de negócios ou da utilização de premissas inadequadas na tomada de decisão.	Manutenção de estratégia de negócios com clientes/setores cada vez mais suscetíveis a eventos climáticos severos, que reduzem a lucratividade deles.	Decisão pela manutenção de instalações de unidades do banco em localidades que tenham alta exposição ao risco climático físico.	O Banco não consegue atrair negócios "verdes" à medida que a sociedade muda para uma economia de baixo carbono, afetando o cumprimento de suas metas relacionadas ao clima e, conseqüentemente, sua reputação.	O não atingimento de metas relacionadas ao clima pelo cliente, pode causar um desalinhamento à estratégia do BB.



No contexto dos riscos Social e Ambiental, a integração com os demais riscos corporativos se materializa de forma semelhante à apresentada na tabela de *Materialização dos impactos do risco climático em outros riscos*, considerando que fatores sociais e ambientais também atuam como gatilhos capazes de desencadear efeitos diretos e indiretos a outros riscos.

A exemplo, no Risco de Crédito, a materialização pode ocorrer quando clientes ou setores são afetados por embargos ambientais, sanções, degradação, autuações trabalhistas ou violações de direitos humanos, reduzindo capacidade financeira, afetando garantias ou ampliando a inadimplência. Assim, como mitigação, fatores sociais e ambientais são incorporados à Sensibilidade RSAC, ao Diagnóstico Geo Socioambiental e ao QRSAC, influenciando ratings, limites, provisões e estratégias de exposição.

Os Riscos de Mercado e Liquidez podem ser impactados quando fatores ambientais ou sociais provocam retração setorial, interrupções logísticas, eventos extremos que reduzem produção, volatilidade de preços de commodities ou mudanças abruptas no comportamento de investidores e

stakeholders. Essas interações são incorporadas a cenários, testes de estresse e projeções macroeconômicas, apoiando ajustes na estratégia de *funding*, limites e apetite a risco.

No Risco de Reputação, a materialização decorre de associações do Banco a práticas de clientes, fornecedores ou setores envolvidos em degradação ambiental, desmatamento ilegal, trabalho irregular ou danos sociais. Mecanismos de monitoramento de mídia e redes sociais, aliados à análise especializada de alertas reputacionais, permitem uma atuação proativa.

A perda relacionada ao Risco Operacional também pode ser decorrente de processos judiciais e multas vinculados a fatores sociais e ambientais, seja por uma corresponsabilização ou por irregularidade da própria atividade. Para isso, o BB monitora processos judiciais e multas associadas ao tema, além de painéis que reportam perdas e limites de tolerância estabelecidos na RAS.

Assim como ilustrado para o risco climático, a integração dos riscos Social e Ambiental às demais categorias reforça a visão transversal do RSAC e viabiliza respostas coordenadas para mitigação e tomada de decisão.





Processos de monitoramento, controle e mitigação do Risco Social, Ambiental e Climático

Negócios

Monitoramos a nossa carteira de clientes quanto à exposição aos Riscos Social, Ambiental e Climático por meio de indicadores e limites estabelecidos, em caso de desvios são avaliadas as causas e adotadas ações para enquadramento das exposições. Controlamos a exposição ao Risco Social, Ambiental e Climático estabelecendo limites em nossa Declaração de Apetite e Tolerância a Riscos (RAS), com base em indicadores relacionados à exposição da carteira de crédito e a perdas operacionais ao RSAC.

Em 2025, aprimoramos os indicadores RSAC permitindo maior visibilidade para a concentração da carteira exposta ao risco, de forma a permitir o acompanhamento global da exposição e seus insumos. Além do acompanhamento de limites no nível da RAS, monitoramos os indicadores via Painel de Gestão, com reporte ao Comitê Executivo de Gestão de Risco e Capital (CEGRC).

Ademais, por meio de ferramenta de monitoramento, realizamos o acompanhamento do nível de alerta e emergência de barragens de mineração de clientes, de acordo com

informações disponibilizadas pela Agência Nacional de Mineração, ensejando avaliação especialista em caso de agravamento.

Entre as ferramentas de monitoramento empregadas, os painéis de gestão de riscos desempenham papel importante e passam por atualizações periódicas, sustentadas pelo monitoramento contínuo das condições e eventos climáticos físicos. Esse acompanhamento sistemático assegura a incorporação de informações atuais e confiáveis, permitindo que os painéis reflitam tempestivamente quaisquer eventos climáticos relevantes. Quanto à gestão de Riscos Climáticos Físicos da carteira de Agronegócios, há um conjunto de ferramentas, relatórios e painéis de acompanhamento que compõem uma rede de verificação e monitoramento da carteira de crédito rural.

Essa rede de monitoramento abarca desde o cadastro do cliente até as fases de contratação e condução de operações de crédito rural com diferentes abordagens, seja pela amplitude da verificação ou direcionamentos estratégicos de gestão da carteira.

O Painel de Monitoramento de Safra nos auxilia no monitoramento dos impactos climáticos sobre as atividades agropecuárias, mapeando situações de calor excessivo, doença, estiagem, excesso de chuvas, geada, granizo, incêndio, praga, ventos fortes ou múltiplas ocorrências e seus reflexos na produção das atividades, para que sejam tomadas medidas proativas de mitigação e auxílio aos produtores rurais.

No contexto de desmatamento, instituímos ações de mitigação do RSAC que visam inibir a prática de desmatamento ilegal, auxiliar o acultramento de boas práticas dentro da cadeia de valor e promover a recuperação de pastagem e áreas degradadas. Por exemplo, não concedemos crédito rural destinado a beneficiar imóveis que constem na base georreferenciada do Ibama de áreas embargadas por desmatamento ou uso ilegal do fogo. Utilizamos ferramentas voltadas à identificação e mitigação do risco e possuímos diretrizes, compromisso e indicador voltado para a promoção de recuperação de áreas degradadas.

Também estamos aderentes à [SARB 26](#), normativo da Febraban, que estabelece diretrizes a serem observadas nas operações de crédito com



matadouros e frigoríficos de abate bovino na Amazônia Legal e Maranhão, com o objetivo de mitigar o risco de desmatamento ilegal nestas regiões. Nesse contexto, foi estruturado um Plano de Adequação e Consequências que estabelece diretrizes para o aprimoramento contínuo dos processos internos, contemplando documentos obrigatórios a serem apresentados pelos clientes público-alvo, anotações cadastrais, ações de comunicação direcionadas e mecanismos de monitoramento para apoiar a evolução dos clientes em sua jornada de regularização e conformidade.

Terceiros e Fornecedores

Monitoramos a exposição ao Risco Social e Ambiental de Terceiros, subcategoria fornecedor, por meio de indicadores e nível de exposição desejado, possibilitando a adoção de ações para reenquadramento das exposições, em caso de desvios.

A fim de mitigar os riscos verificados, realizamos contatos e interações com nossos fornecedores, no sentido de conscientizar, orientar e induzir na adoção de práticas mais sustentáveis. Não obstante, todos os nossos contratos são dotados de cláusulas com responsabilidades de boas práticas sociais e ambientais, com indicação de

penalidades em caso de descumprimento e até mesmo com a possibilidade de rescisão unilateral dos contratos, sem prejuízo das penas e multas possíveis.

O cumprimento de obrigações trabalhistas e previdenciárias é dever contratual e legal. Aos colaboradores das empresas fornecedoras informamos sobre seus principais direitos, principalmente os trabalhistas, além de disponibilizar canais de Denúncia e da Ouvidoria oficiais do Banco do Brasil. As informações registradas no Canal de Denúncias serão recebidas por uma empresa independente e especializada, assegurando sigilo absoluto e o tratamento adequado de cada situação, sem conflito de interesses. Verificamos, previamente ao pagamento, o cumprimento desses dispositivos entre os fornecedores, além de analisar indícios ou denúncias de eventuais infrações e desconformidades.

Ademais, constam em todos os contratos, cláusulas e obrigações contratuais relacionadas a Direitos Humanos, DE&I, preservação ambiental, cumprimento da legislação trabalhista e previdenciária, prevenção à corrupção e lavagem de dinheiro, combate ao assédio e à exploração infantil, bem como vedação a práticas que configurem conflito de interesses ou atos ilícitos

em que o fornecedor declara e obriga-se a cumprir.

Em complemento, um fiscal de contrato e um fiscal de serviço são colocados à disposição dos trabalhadores de empresas contratadas, para o registro de reclamações relacionadas ao seu contrato de trabalho.

Para aprimoramento do processo de *Due Diligence* de Fornecedores, no âmbito social, ambiental e climático, implantamos ações através do [Plano de Sustentabilidade Agenda 30 BB](#).





Disseminação da Cultura de Riscos

Ao fomentar uma cultura de risco, envolvendo todos os níveis da organização, desde a Alta Administração até os funcionários da linha de frente, buscamos a capacitação do corpo funcional, uma gestão de riscos mais eficaz nos processos, além de contribuir com o debate e evolução da gestão.

O Banco do Brasil, por meio da sua Universidade Corporativa (UniBB) oferece soluções de capacitação organizadas em trilhas de aprendizagem, dentre elas a Trilha Sustentabilidade, que visa orientar seus funcionários quanto à sustentabilidade corporativa - capacidade de uma empresa prosperar em um ambiente de negócios competitivo, de mudanças e gerenciamento dos riscos e oportunidades nas dimensões econômica, ambiental e social.

Em 2025, o Banco do Brasil reafirmou seu compromisso com práticas de negócios sustentáveis por meio do evento conjunto 6ª Temporada CEI (Compliance, Ética e Integridade) e 3ª Jornada RSAC (risco social, ambiental e climático). A integração dessas iniciativas promoveu debates sobre tendências e temas emergentes, buscando maior eficiência

operacional e ampliação do alcance das pautas estratégicas.

A Jornada RSAC tem como objetivo disseminar princípios sustentáveis aplicados à gestão do Risco Social, Ambiental e Climático, reforçando a importância dessa visão na tomada de decisão corporativa. Já a Temporada CEI se trata de uma iniciativa estratégica com o propósito de fortalecer a cultura de Compliance, Ética e Integridade em toda a organização, estimulando reflexões, compartilhamento de boas práticas e o engajamento dos funcionários na construção de um ambiente corporativo mais íntegro, ético e transparente.

Na edição 2025, a programação do evento conjunto foi transmitida ao vivo, também gravada para posterior visualização, sendo parte com encontros presenciais, envolvendo colaboradores, clientes de diferentes segmentos e parceiros estratégicos, como fornecedores e correspondentes bancários, garantindo uma abordagem ampla e integrada. O tema “Do clima ao clima organizacional” inspirou reflexões sobre a relação entre mudanças climáticas externas e o ambiente interno da instituição. O evento reforçou a conexão entre sustentabilidade, ética e gestão de riscos, destacando a relevância dessas práticas para a perenidade dos negócios do BB.

No âmbito do Risco Social o Banco do Brasil lançou, em novembro de 2024, o Protocolo Antidiscriminação, que padroniza e estabelece fluxos para atuação em casos de discriminação. O protocolo visa o acolhimento, incentivo à denúncia e gestão das consequências, sendo considerado um passo importante na luta contra qualquer forma de discriminação incluindo racismo, discriminação de gênero, LGBTfobia, capacitismo, discriminação religiosa e etária, abrangendo todos os públicos de relacionamento da instituição.

O BB repudia qualquer forma de discriminação e está comprometido em criar um ambiente inclusivo e seguro para todas as pessoas. Por meio do protocolo o Banco espera apresentar respostas mais rápidas em casos de discriminação, demonstrando de forma prática o compromisso da empresa com a diversidade, equidade e inclusão.





Gestão estratégica

Monitoramentos Macrossetoriais

Abrangem, além dos diversos macrossetores da economia, aqueles diretamente relacionados ao agronegócio vegetal e animal, considerando suas principais cadeias produtivas (como milho, soja, trigo, arroz, café, laranja, cana-de-açúcar, fumo, bovinocultura de corte e de leite, avicultura e suinocultura).

Esse processo envolve o acompanhamento do desempenho da carteira de crédito sob diferentes recortes setoriais, por meio de relatórios e painéis, a definição de perspectivas de mercado para os macrossetores e segmentos monitorados, bem como a divulgação de um conjunto de conteúdos voltados a análises setoriais (tais como Cenários Setoriais, Panorama Macrossetorial, Alerta Macrossetorial, Informe Macrossetorial, Estudos Especiais, Briefings etc.). Além disso, no que se refere especificamente ao risco climático, vem sendo elaborado um relatório periódico dedicado à avaliação dos efeitos do clima sobre a carteira agro, incluindo o monitoramento de fenômenos como El Niño e La Niña, entre outros.

Análise de Conjuntura

Realizamos reuniões de Análise de Conjuntura, trimestralmente ou extraordinariamente, com o objetivo de monitorar a carteira, identificando situações climáticas ou mercadológicas que possam acarretar risco, direcionando medidas de mitigação cabíveis. Exemplo de medidas são os ajustes em indicadores de projeção de preços, estratégia de acionamento de mitigadores, ajustes de regras de contratação, dentre outros que abordaremos nesse documento.

Também são realizadas, semanalmente, a análise de Cenários Macro e Commodities Agro, onde são tratadas eventuais ocorrências que acarretariam necessidade de revisão da análise de conjuntura e direcionamento para posicionamento estratégico de mercado para as principais atividades. Nessa reunião são debatidos os preços, escoamento, produtividade prevista e esperada, comportamento das commodities, dentre outros temas.

Monitoramento Específico

Referencial Técnico Agropecuário (RTA)

O RTA é um sistema corporativo que se apresenta como a engrenagem central para integração dos mecanismos de acompanhamento de contratação e acompanhamento das operações do agronegócio.

O Assessoramento Técnico em Nível de Carteira (ATNC) do Banco do Brasil, formado por cerca de 250 profissionais, graduados em ciências agrárias e distribuídos por todo o país, conhecidos como Assessores de Agronegócios, é o principal responsável pelo conteúdo do Sistema RTA.

A partir das informações coletadas e registradas por esses profissionais, com a utilização de metodologia própria, o RTA analisa a atratividade dos empreendimentos agropecuários nas diferentes microrregiões do país, possibilitando o registro das informações sobre a produção agropecuária no cadastro e auxiliando o estabelecimento do limite de crédito do produtor rural. O sistema também fornece parâmetros para a contratação automatizada das operações de custeio agropecuário, seguro agrícola, entre outros.

O sistema RTA estabelece diferentes níveis de atratividade para o financiamento das atividades baseado em condições climáticas e de mercado verificadas em safras anteriores. As séries históricas de preços e de produtividades, combinadas ao desempenho em safras passadas, definem esse nível de atratividade em um monitoramento contínuo das culturas financiadas.



Rede de Inteligência e documentos de análise setorial

A Rede de Inteligência Agro, formada por assessores de agronegócios, subsidiada pelas reuniões estratégicas de Conjuntura e Cenários Macro anteriormente mencionadas, também elabora materiais com estudos que se refletem nas decisões estratégicas de aplicação de recursos, conforme público, região e culturas, segundo análise de riscos de perdas. Destacam-se a Análise de Conjuntura, o Fator de Tendência de Preços, a Análise Semanal do Campo, BB CastAgro e o Relatório Trimestral do Clima.

A Análise de Conjuntura é um periódico que traz os principais fundamentos das cadeias produtivas de algodão, arroz, café, cana-de-açúcar, feijão, laranja, milho, pecuária de corte e de leite, soja e trigo, direcionando a tendência de preços para ajustes do Sistema RTA.

Com a Análise Semanal do Campo e Conexão Mercado Agro realizamos o acompanhamento dos mercados interno e externo, com previsão de cenários e seus impactos para o curto, médio e longo prazos e racional estratégico para posicionamento no mercado das commodities: soja, milho, café e boi.

Diagnóstico Geo Socioambiental

O Banco do Brasil adota mecanismos de verificação para monitorar áreas sensíveis, como as áreas com embargos ambientais, terras indígenas, unidades de conservação da natureza, florestas públicas não destinadas e remanescentes de quilombos. O sistema de análise assegura que os imóveis financiados não estejam situados em áreas com restrições. Caso sejam identificadas irregularidades, o processo de contratação é imediatamente interrompido.

Utilizamos o Diagnóstico Geo Socioambiental como uma ferramenta estratégica para garantir que as operações de financiamento de crédito rural respeitem critérios legais e socioambientais rigorosos. A solução realiza uma análise detalhada e automatizada dos imóveis (CAR) e das glebas vinculadas às propostas de crédito, verificando sua sobreposição com diversas bases cartográficas públicas, classificadas como impeditivas, informativas ou de alertas. As bases informativas abrangem aspectos como hidrografia, tipos de solo, delimitação de biomas e localização em municípios.



As bases restritivas por questões legais ou normativas internas asseguram que as áreas e imóveis do empreendimento a ser financiado não estejam sobrepostas a áreas com embargos ambientais, a terras indígenas homologadas, a remanescentes de quilombos, a Unidades de Conservação da Natureza, a Florestas Públicas Tipo B (não destinadas) e imóveis com restrições específicas no Bioma Amazônia, como a Moratória da Soja. Além disso, o Diagnóstico Geo Socioambiental monitora alertas de desmatamento ilegal por meio da plataforma MapBiomas Alertas, garantindo que as operações estejam alinhadas às melhores práticas de preservação ambiental.

O processo de análise é realizado no acolhimento da proposta e na formalização da operação de crédito rural, com a avaliação das coordenadas geográficas do imóvel (CAR) e da gleba em relação às bases cartográficas. Caso seja identificada sobreposição com áreas restritas ou proibidas, o processo de contratação é imediatamente interrompido.

Após a contratação das operações é realizado o monitoramento Geo Socioambiental trimestral para verificar a manutenção da situação de conformidade das operações durante a sua vigência. Caso ocorra alguma identificação de

indício de irregularidade, é instaurado processo específico de análise que pode resultar na desclassificação da operação, bem como, o vencimento antecipado desta.

Acompanhamento da Safra com Sensoriamento Remoto

O monitoramento da carteira de crédito por sensoriamento remoto assegura que as lavouras financiadas evoluam conforme planejado, reforçando a segurança e a eficiência do crédito rural.

A partir da safra 2025/2026, iniciamos a adoção de tecnologia de sensoriamento remoto para acompanhar o ciclo produtivo das lavouras financiadas, desde o plantio até a colheita. Esse monitoramento permite identificar, de forma ágil e precisa, a evolução das áreas cultivadas, garantindo maior aderência às condições pactuadas no crédito rural.

Com base em imagens de satélite e no uso de inteligência artificial, a solução proprietária MAP BB possibilita identificar a emergência das culturas, estimar áreas cultivadas e verificar a conformidade com o Zoneamento Agrícola de Risco Climático – ZARC (vide tópico na próxima página). Dessa forma, é

possível validar informações declaradas e apoiar decisões estratégicas.

Essa prática contribui para a mitigação de fraudes, a melhoria da qualidade das garantias e a sustentabilidade das operações, fortalecendo a gestão da carteira e promovendo maior segurança no processo de concessão de crédito.





Indicadores de Alertas Comportamentais

Para mitigar as ocorrências de fraudes e irregularidades no crédito rural identificadas em fiscalizações de empreendimentos financiados, o Banco do Brasil realizou estudos para mapear situações que possam servir de parâmetros indicativos de atenção.

A ferramenta "Indicadores de Atenção AGROnline", gera sinalizadores em propostas que apresentem determinadas características e que, por essa razão, requeiram mais atenção no momento do deferimento. Esses indicadores são representativos de padrões já observados anteriormente em operações de crédito que apresentaram alguma irregularidade.

Seu objetivo é mitigar o risco de fraudes e irregularidades na contratação de financiamentos rurais, impedindo o prosseguimento de propostas que apresentem indicadores impeditivos e permitindo o monitoramento das operações contratadas com a sinalização de indicadores informativos, proporcionando, assim, mais segurança na formalização de operações de crédito rural.

Vale ressaltar que a presença de Indicadores de Atenção AGROnline em uma proposta não implica, necessariamente, a ocorrência de fraude,

mas pode sinalizar a necessidade de reavaliação da operação antes do seu deferimento

Monitoramento de Safra

O monitoramento de Safra, por meio do Alertas Agropecuários, é outra ferramenta aplicada em todo território nacional, baseada em alertas de eventos climáticos e de mercado emitido pelos assessores de agronegócios, que são registrados diretamente no sistema do BB e permitem observar a incidência de eventos climáticos adversos.

Essas informações sensibilizam as operações de crédito rural e permitem ações proativas para mitigação de riscos financeiros e acionamento de seguros, viabilizando a manutenção do produtor na atividade rural.

Núcleo de Estudos GEO – Rede Gerag

Foi constituído o Núcleo de Estudos GEO no âmbito de atuação dos assessores de agronegócio do Banco do Brasil. A rede de especialistas da rede GERAG atua com ferramentas de georreferenciamento e geoprocessamento com objetivo de gerar dados e construir soluções.

O trabalho do Núcleo de Estudos permitiu a geração de informações estratégicas em tempo

hábil para a atuação do BB nos impactos climáticos como as enchentes no Rio Grande do Sul e as queimadas em todo o Brasil, por exemplo.

Zoneamento Agrícola

Também mitigamos o Risco Climático Físico por meio de ferramentas como o Zoneamento Agrícola de Risco Climático (Zarc), publicado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), que indica os municípios com aptidão climática e de solo para determinadas culturas e as cultivares mais adaptadas. É o principal marco balizador para o financiamento de custeio de lavouras nos diversos municípios do país.

Apoio à Agricultura Sustentável

O apoio à agropecuária sustentável visa à obtenção de retornos sustentáveis no longo prazo, para além das análises financeiras e de risco tradicionais. As tecnologias sustentáveis também estão associadas à redução de custos e aos ganhos de eficiência, contribuindo para a sustentabilidade dos modelos de produção no longo prazo.

Iniciativas direcionadas à redução das emissões de CO2 na atividade agropecuária e conservação do meio ambiente são apoiadas e amparadas no



Renovagro - Programa de Financiamento a Sistemas de Produção Agropecuária Sustentáveis.

O Programa Agro Energia visa estimular o uso de energias renováveis no meio rural, através de financiamento de usinas geradoras de energias alternativas renováveis e limpas, destinadas à geração de energia para desenvolvimento de atividades agropecuárias, dentre as fontes: energia solar, energia de biomassa e energia eólica.

O Banco participa do Programa Caminho Verde Brasil, uma iniciativa estratégica do Governo Federal que visa impulsionar a recuperação ambiental e a produtividade do setor agropecuário por meio da restauração de áreas degradadas e da promoção de práticas sustentáveis. Com este programa, pretende-se promover a recuperação e conversão de pastagens de baixa produtividade em áreas agricultáveis, podendo praticamente dobrar a área de produção de alimentos no Brasil sem desmatamento, evitando assim a expansão sobre áreas de vegetação nativa.

Convergindo com as iniciativas governamentais, o Banco implementou o Programa Pecuária Mais Sustentável, um acordo firmado com parceiros de inovação, destinado a promover modelo viável de rastreabilidade e sustentabilidade na pecuária de

corde, visando recuperar áreas degradadas, aprimorar os processos de gestão das propriedades, incluir implantação de melhores práticas de agricultura de baixo carbono, inserir os produtores na rastreabilidade da cadeia produtiva e gerar bonificações ambientais para os pecuaristas.

No âmbito do Caminho Verde Brasil, o Banco opera o Programa Eco Invest Brasil, com foco na recuperação de terras degradadas e a promoção de sistemas produtivos sustentáveis, destinando recursos a produtores rurais, cooperativas e empresas do agronegócio, como fabricantes de bioinsumos, processadoras de alimentos e usinas de biocombustíveis.



O monitoramento setorial de mercado no BB, realizado para fins de gestão do portfólio de crédito e de apoio ao processo de análise de crédito de clientes, observa o RSAC a que os setores estão expostos, sendo materializado através de painéis com informações de crédito em recortes setoriais, bem como por um portfólio de análises e relatórios internos com ênfase em conteúdos setoriais.

Assim, para disseminação dos conteúdos, foi desenvolvido o Portal dos Macrossetores, que hospeda em único ambiente o conjunto de relatórios correspondentes, de forma a otimizar o acesso interno pelas diferentes áreas e usuários do Banco.

Nesse mesmo sentido, a fim de contribuir para a gestão da carteira de crédito do Banco e sua adequada adimplência, o BB monitora os impactos de eventos climáticos que possam afetar a sustentabilidade econômico-financeira de clientes e setores de atividade, efetuando avaliações especializadas conforme o caso.



Gestão de Garantias

O Banco do Brasil adota gestão abrangente das garantias, considerando a dinâmica da carteira de crédito e utilizando mecanismos contínuos de monitoramento dos níveis de cobertura.

Quanto a riscos relacionados a eventos climáticos, como regra geral, as garantias possuem seguros obrigatórios que atuam como instrumentos mitigadores. Esses seguros contemplam, no mínimo, cobertura para eventos ambientais e climáticos, conforme previsto nas políticas internas, reduzindo impactos sobre o valor das garantias e a exposição do Banco.

O acompanhamento da regularidade dos seguros é realizado de forma sistemática e periódica, com comunicação aos gestores sobre bens sem seguro vigente ou outras ocorrências relevantes. Esse processo assegura aderência às políticas de crédito e garantias, preservando níveis adequados de cobertura.

Essas práticas reforçam a resiliência do Banco frente às mudanças climáticas e demonstram alinhamento às melhores práticas de governança e gestão de riscos. Ao integrar mecanismos preventivos e monitoramento contínuo, o Banco do Brasil contribui para a sustentabilidade dos negócios e fortalece sua posição como instituição

comprometida com a responsabilidade social, ambiental e climática.

Avaliação de Instalações Físicas

No que concerne aos processos de monitoramento, controle e mitigação decorrentes da Avaliação da sensibilidade ao Risco Climático Físico das instalações do BB, o objetivo principal é preservar o meio ambiente e reduzir os impactos causados por mudanças nos padrões climáticos, garantindo a sustentabilidade dos negócios do Banco. Para isso, o Banco adota medidas de mitigação de riscos climáticos, incluindo o monitoramento da probabilidade de eventos climáticos extremos e alterações de longo prazo nos padrões climáticos das regiões onde existem dependências do BB. A responsabilidade do Banco inclui a disponibilidade, funcionamento e manutenção das instalações físicas, tanto de imóveis próprios quanto de uso não próprio, bem como a infraestrutura predial. Esse monitoramento identifica eventos externos inesperados, como fenômenos climáticos, que representam riscos e que, associados às características prediais das instalações físicas do BB, bem como as estratégias para mitigação dos riscos, elaboradas pela equipe interna de engenheiros, vem minimizando as ocorrências e possíveis perdas. Assim, o Banco

demonstra capacidade adaptativa diante das mudanças climáticas no país.

Gestão de Calamidades

Sob a ótica da responsabilidade social e diante de situações de calamidades, o BB promove ações para diminuir o drama sofrido por funcionários, clientes e comunidades atingidas por catástrofes, por meio de iniciativas que envolvem toda a sua cadeia de relacionamento.

Dessa forma reforça o seu papel público e sua responsabilidade socioambiental, somado ao papel de sensibilização ao voluntariado para toda a sociedade civil.

Diante de uma emergência ou calamidade pública, o Banco de forma proativa estabelece diversas ações:

- Programa Ajuda Humanitária, que consiste no aporte da Fundação Banco do Brasil para compras de itens de necessidades básicas, como água, materiais de higiene, roupas etc.;
- Campanhas para arrecadação de doações, envolvendo corpo funcional, clientes e sociedade, que são ações de arrecadação de recursos financeiros doados por meio de uma conta corrente exclusiva, com ampla divulgação nos canais de comunicação do banco e redes sociais;



- Renegociação de dívidas com taxas e condições diferenciadas, ao público pessoa jurídica, pessoa física e produtor rural;
- Prorrogação de parcelas de empréstimos (Pessoa Jurídica, Pessoa Física e Produtor Rural);
- Oferta de operações de crédito com esteira diferenciada, aos municípios impactados (se houver limite disponível);
- Iniciativas como, flexibilização de assistências dos seguros residencial e empresarial, monitoramento dos avisos de sinistros das áreas afetadas, esteira priorizada de atendimento aos clientes;
- Orientação aos gestores municipais de como solicitar os recursos e o cartão de Pagamento da Defesa Civil;
- Disponibilidade de agência BB Móvel, quando necessário, com o intuito de assistir os clientes localizados na área afetada.

Por meio dessas práticas, mitigamos os riscos ao meio ambiente e à sociedade, ao reduzir os impactos de nossos financiamentos e investimentos, além de identificar novas oportunidades de atuação na cadeia de valor dos negócios sustentáveis.

Ações referentes a MP 1.314

Considerando o cenário atual da carteira agro e os efeitos observados nos indicadores de inadimplência, foi publicada a Medida Provisória nº 1.314, de 5 de setembro de 2025, que permitiu a operacionalização de linha de crédito rural destinada à liquidação ou amortização de dívidas de produtores rurais que enfrentaram perdas significativas nas últimas safras, especialmente em decorrência de eventos adversos.

A partir da publicação, o BB implementou linhas de reperfilamento de operações rurais para clientes cujos empreendimentos estejam situados em municípios que tenham sido declarados em estado de calamidade pública ou situação de emergência por, no mínimo, dois anos entre 1º de janeiro de 2020 e 31 de dezembro de 2024. As ocorrências elegíveis — como enchentes, inundações, chuvas intensas, granizo, tornados, geadas, ondas de frio, secas e estiagens — refletem a intensificação e recorrência de eventos extremos, diretamente relacionados às dimensões climáticas e ambientais do RSAC.

As linhas BB Regulariza Dívidas Agro e Programa BNDES Liquidação de Dívidas Rurais representam um importante mecanismo financeiro de apoio ao produtor na sua atividade, possibilitando a

reorganização da capacidade de pagamento dos produtores afetados. Assim, o Banco fortalece sua resiliência frente às perdas potenciais decorrentes de eventos ambientais adversos, ao mesmo tempo em que reforça uma gestão prudencial alinhada às melhores práticas de RSAC.

A iniciativa também promove impactos positivos do ponto de vista social, contribuindo para a manutenção da atividade produtiva em comunidades ruralistas vulneráveis e reduzindo a exposição de famílias e pequenas propriedades ao colapso financeiro decorrente de eventos climáticos extremos. Esse alinhamento entre mitigação de risco e impacto social evidencia o papel do Banco como agente indutor de estabilidade e desenvolvimento sustentável.





Mecanismos utilizados para o monitoramento de concentrações em setores econômicos, regiões geográficas ou segmentos de produtos e serviços mais suscetíveis a sofrer ou causar impactos sociais, ambientais e climáticos

Monitoramos as concentrações das exposições de alta sensibilidade ao Risco Social, Ambiental e Climático em relação à carteira de crédito total. Na perspectiva dos setores econômicos, monitoramos a exposição dos setores de elevada suscetibilidade ao RSAC, em relação à carteira de crédito Pessoa Jurídica.

Além disso, monitoramos o saldo de operações com clientes de sensibilidade RSAC alta, contemplando a visão global da carteira de crédito, tendo por base os limites de gestão atribuídos, de forma alinhada com nossas diretrizes e Declaração de Apetite e Tolerância a Riscos. Periodicamente reportamos a apuração das exposições em Comitês Estratégicos da Instituição.

Avaliamos a efetividade de instrumentos mitigadores ou de transferência de riscos utilizados nas exposições através da análise do saldo das operações da carteira de crédito, contemplando as regiões geográficas das operações do cliente. Também analisamos a carteira de crédito sustentável do BB, que compreende o montante das operações/linhas de crédito destinadas a financiar atividades e segmentos que impactam positivamente questões sociais, ambientais e climáticas.

A identificação das linhas de crédito elegíveis para compor a Carteira de Crédito Sustentável do BB é baseada na metodologia desenvolvida pela Febraban publicada no estudo [“Guia Explicativo sobre a Taxonomia Verde da FEBRABAN”](#), e está alinhada às principais taxonomias internacionais, a exemplo dos Princípios para Títulos Verdes (*Green Bond Principles – GBP*) e Princípios para Títulos Sociais (*Social Bond Principles – SBP*), conforme atestado pelo

parecer independente emitido pela Nint/ERM (antiga Sitawi). A terceira revisão foi realizada em 2024 e está disponível em [Carteira de Negócios Sustentáveis – Parecer de Segunda Opinião](#)²¹.

Em suma, o BB vem fortalecendo continuamente a gestão do Risco Social, Ambiental e Climático (RSAC) por meio de aprimoramentos estruturantes em processos, dados e governança. No exercício de 2025, destacam-se a criação de fluxo integrado para identificação de fatores de risco social, ambiental e climático em alertas reputacionais e demandas de imprensa, visando a mitigação, quando necessário; e a obrigatoriedade de análise de aspectos ASG e RSAC na criação e revitalização de produtos, assegurando decisões estratégicas mais qualificadas. Além disso, o BB intensificou sua participação em simulados de crise com cenários ASG, ampliou assessoramentos especializados em RSAC e avançou na automatização das anotações cadastrais, reduzindo riscos operacionais, incorporando dados externos relevantes e possibilitando abordagens analíticas mais robustas. Complementarmente, evoluiu no uso de dados para identificação de clientes enquadrados na SARB 26, promovendo gestão integrada entre o RSAC e o risco de desmatamento na cadeia da carne bovina.

Por fim, cabe ainda salientar que o BB, visando robustecer a mitigação do Risco Social, Ambiental e Climático, utiliza mecanismos que se pautam na busca de diversificação de riscos, na eliminação de concentrações indesejadas, no controle das exposições e na adequação do perfil de riscos, focando sempre no equilíbrio dos negócios e na preservação de capitais da organização.

²¹ Documento “Carteira de Negócios Sustentáveis – Parecer de Segunda Opinião” disponível na página do BB, <https://ri.bb.com.br/governanca-e-sustentabilidade/sustentabilidade/>, no item Negócios Sustentáveis.




Tabela MEM: Indicadores utilizados no gerenciamento do Risco Social, Ambiental e Climático

Descrição dos indicadores quantitativos utilizados no gerenciamento do Risco Social, Ambiental e Climático.



Indicadores quantitativos utilizados no gerenciamento do Risco Social, Ambiental e Climático

Como parte do aprimoramento da gestão do Risco Social, Ambiental e Climático desenvolvemos indicadores que auxiliam na mensuração, controle e monitoramento desse risco, além de propiciarem o balizamento da estratégia corporativa, sinalizando a necessidade de canalizar, ou não, recursos para determinados negócios, ponderando o risco, o apetite do Conglomerado e a concentração atual das exposições.

Como base dos indicadores, utilizamos a Metodologia de Avaliação de Sensibilidade ao Risco Social, Ambiental e Climático, onde a apuração das exposições é realizada a nível de setor, cliente e operação e o uso de algumas variáveis nos permite classificar as concentrações sob o viés de setores econômicos, regiões geográficas ou prazos médios.

Em nível setorial, mensura-se a exposição da carteira de crédito do Banco ponderada pelo Risco Social, Ambiental ou Climático do respectivo macrossetor, obtendo, assim, a concentração dessa carteira em cada uma das categorias. Nesta visão, o risco ponderado está associado ao macrossetor e sua classificação transita entre níveis Alto, Médio e Baixo. Desse modo, a exposição em macrossetores considerados de elevada suscetibilidade aos referidos riscos, de acordo com critérios internos, é acompanhada com maior clareza.

Já no nível cliente, mede-se a exposição do Banco junto a clientes com níveis elevados de Risco Social, Ambiental e Climático, aferindo a concentração da

carteira de crédito com o conjunto desses clientes. Ainda neste nível, observa-se a concentração da exposição da carteira de crédito do BB com clientes que possuem autuações (Ibama) e/ou embargos (Ibama/ICMbio), inclusive com recorte específico dessa exposição em áreas do Bioma Amazônia.

Quanto às operações, visto a relevância da carteira rural para o BB, apuramos a exposição nesta carteira, em imóveis localizados no Bioma Amazônia, e a confrontamos com nossa carteira de crédito total. Aqui também realizamos o acompanhamento da concentração de nossa carteira de crédito em operações de elevada suscetibilidade ao Risco Social, Ambiental e Climático.

Além das concentrações por meio do montante de exposição, entendemos ser importante ponderar o volume de mitigadores e garantias atrelados às operações.

Nessa linha, robustecemos o rol de indicadores de gestão do RSAC, com a revisão dos indicadores existentes e aprovação de novos. Com isso, consolidamos o alinhamento à estratégia de ampliação da carteira sustentável e a gestão do grupo de alta sensibilidade RSAC, tanto da carteira rural quanto da carteira total de crédito do BB. Em adição, anualmente realizamos o [inventário de GEE](#)²² das nossas atividades, diretas e indiretas (Escopo 1, 2 e 3)²³.

²² Consiste na mensuração e publicação das emissões de GEE – Gases de Efeito Estufa do Banco do Brasil (BB) e tem como base a metodologia do Programa *GHG Protocol*, adaptada ao contexto brasileiro pelo Centro de Estudos em Sustentabilidade (GVces), da Escola de Administração de Empresas de São Paulo (FGV-EAESP), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), com apoio do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), do Ministério do Meio Ambiente (MMA), do *World Resources Institute* (WRI), do *World Business Council for Sustainable Development* (WBCSD) e de 27 empresas fundadoras, entre elas, o BB.

²³ Conforme parâmetros do *GHG (Greenhouse Gas) Protocol*, o Escopo 1 engloba as emissões lançadas à atmosfera que vêm diretamente do processo produtivo da empresa, no Escopo 2 as emissões associadas à geração de eletricidade que a empresa consome e o Escopo 3 as emissões indiretas, que ocorrem ao longo da cadeia de produção de quem está elaborando o inventário.



Neste contexto, a gestão de emissões é realizada em consonância com a nossa Política Geral e a Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PR SAC), pela qual reforçamos nossa atuação, que considera os interesses dos públicos de relacionamento na promoção de iniciativas voltadas à redução de riscos e ao aproveitamento de oportunidades relacionadas às questões socioambientais, inclusive às mudanças climáticas.

O Inventário segue o princípio de melhoria contínua do nosso Sistema de Gestão Ambiental (SGA). Para garantir sua confiabilidade, contratamos empresa especializada em auditorias ambientais para realizar a verificação externa, conforme as especificações da NBR ISO 14064-3 e da metodologia *GHG Protocol*.

Os dados utilizados para o cálculo das emissões de GEE do BB são obtidos prioritariamente em nossos sistemas internos, especialmente nos aplicativos de controle de despesas administrativas e gestão de recursos humanos, além de informações solicitadas diretamente às áreas responsáveis.

Desde 2008, anualmente elaboramos e publicamos nosso Inventário GEE no site do [Registro Público de Emissões](#), sob

responsabilidade do Programa Brasileiro *GHG Protocol* (FGV-GVces).

Quanto à metodologia utilizada, contabilizamos e relatamos as emissões de GEE em três escopos, conforme as especificações do Programa Brasileiro *GHG Protocol*, expressas em toneladas de CO₂ equivalente (tCO₂e). O relato é realizado sob a abordagem de Controle Operacional e abrange mais de 4 mil dependências em todo o País, incluindo agências de varejo, atacado e governo, unidades regionais e unidades estratégicas.

As emissões são reportadas considerando as atividades diretas (Escopo 1) e indiretas (Escopos 2 e 3), com suas fontes definidas conforme segue:

Escopo 1 – Emissões diretas das atividades de consumo de combustível (combustão móvel - veículos de frota, combustão estacionária - combustível de geradores de energia elétrica) e emissões fugitivas (gases refrigerantes e de extintores de incêndio);

Escopo 2 – As emissões indiretas de Escopo 2 são calculadas com base no consumo estimado de energia elétrica (MWh) do Banco. Desde 2021, o relato passou a ser realizado conforme as abordagens aceitas pelo Programa Brasileiro do *GHG Protocol* (PBGHGP), sendo:

Abordagem baseada na localização (obrigatória): considera o consumo de energia elétrica conforme a matriz energética brasileira, utilizando o fator de emissão do Sistema Interligado Nacional (SIN). Esse sistema fornece energia elétrica proveniente de diferentes fontes, desde hidrelétricas até termelétricas (não renováveis), o que interfere anualmente na conversão do consumo de energia para carbono equivalente.

Abordagem baseada na escolha de compra (opcional): contempla o consumo de energia elétrica fotovoltaica das usinas do BB, complementado pela aquisição de Certificados de Energia Renovável (RECs), que asseguram, na mesma quantidade de eletricidade consumida, a rastreabilidade e a origem renovável da energia.



Escopo 3 – Emissões indiretas (outras) das atividades que o BB influencia²⁴:

- **Categoria 1 - Bens e Serviços Comprados** (emissões que ocorrem no ciclo de vida - extração, produção e transporte do papel comprado pelo BB);
- **Categoria 3 - Atividades Combustível e Energia** (emissões relativas à extração, produção e transporte de combustíveis comprados e consumidos pelo BB, relatados no Escopo 1);
- **Categoria 4 - Transporte e Distribuição – Upstream** (emissões do transporte de malote compartilhado da Febraban, transporte de numerário e outros transportes contratados pelo BB);
- **Categoria 5 - Resíduos Gerados nas Operações** (emissões da geração de efluentes com base no consumo de água, e do consumo de papel, realizados pelo BB);
- **Categoria 6 - Viagens a Negócios** (emissões das viagens aéreas e terrestres realizadas pelos funcionários do BB);

○ **Categoria 7 - Deslocamento de Funcionários (casa-trabalho).**

Conforme o *GHG Protocol*, para efeito dos cálculos de emissões, consideramos os gases controlados pelo Protocolo de Quioto, de acordo com a Tabela a seguir:

Tabela 8. Potencial de aquecimento dos gases

Gases considerados nos cálculos de emissões de GEE	Potencial de Aquecimento Global (GWP) ¹
CO2	1
CH4	27
N2O	273
HFC5	21,5 – 14.600
PFC5	0,09 – 12.400
SF6	24.300
NF3	17.400
Composto	0 – 18.500

(1) Fonte: IPCC 2024/Update with AR6 values <https://ghgprotocol.org/sites/default/files/2024-08/Global-Warming-Potential-Values%20%28August%202024%29.pdf>

Entendendo nosso papel e do mercado financeiro como protagonistas para impulsionar o crescimento econômico do país em bases sustentáveis, em 2023, atualizamos nossas metas de atuação em mudanças climáticas com a nova

[Agenda 30](#) e com os [Compromissos BB 2030 para um Mundo mais Sustentável](#).

O BB se comprometeu a reduzir as emissões de Gases de Efeito Estufa relativas ao Escopo 1 em 42% até 2030. Essa meta foi definida com base no compromisso do Banco do Brasil em relação às mudanças climáticas, formalizado por meio da Carta de Compromisso *Business Ambition for 1.5°C*. As diretrizes e critérios divulgados pela *Science-Based Targets initiative (SBTi)* estabelecem que as empresas devem alinhar suas metas de redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE) ao objetivo de limitar o aumento da temperatura média global a níveis inferiores aos observados no período pré-industrial.

O Banco mantém a compensação de 100% das emissões do Escopo 1, por meio da aquisição de créditos de carbono, e a neutralização de 100% das emissões do Escopo 2, por meio da compra de Certificados de Energia Renovável (RECs) e do consumo de energia proveniente das nossas 27 usinas fotovoltaicas. Além disso, mais de 1.500 edificações do Banco são abastecidas por energia de fontes renováveis, adquiridas do Ambiente de Contratação Livre (ACL).

²⁴ Categorias aplicáveis à atuação do Banco, com exceção da Categoria 15 – Investimentos (emissões financiadas) que será detalhada na próxima página. As categorias: 2 – Bens de capital, 8 – Bens arrendados,

9 – Transporte e distribuição (downstream), 10 – Processamento de produtos vendidos, 11 – Uso de bens e serviços vendidos, 12 – Tratamento de fim de vida dos produtos vendidos, 13 – Bens

arrendados e 14 – Franquias, não foram inventariadas por terem sido consideradas como não aplicáveis ao contexto da organização.

Cabe salientar, que os valores do nosso inventário referente ao ano de 2025, ainda não estavam consolidados na data de publicação deste documento, mas poderão ser consultados a partir de junho de 2026 através do link [Inventário GEE](#).

Em alinhamento à nossa adesão ao *Business Ambition for 1.5°C* e amparado nas orientações setoriais do *SBTi*, o BB se comprometeu com a neutralidade de emissões até 2050 e com o objetivo de reduzir a intensidade das emissões decorrentes da carteira de empréstimos corporativos²⁵ em 42% até 2040, considerando o ano base de 2021



²⁵ Empréstimos direcionados a empresas com faturamento igual ou superior a R\$ 200 milhões.

Tabela OPO: Oportunidades de negócio associadas aos temas social, ambiental e climático

Descrição das oportunidades de negócios associadas aos temas social, ambiental e climático.





Instâncias de governança da instituição com atribuições na identificação das oportunidades de negócios associadas aos temas social, ambiental e climático, considerando as instâncias em seus diversos níveis

Diante das demandas atuais, as instituições financeiras passaram a figurar entre os principais agentes fomentadores da transição para uma economia de baixo carbono.

Mesmo diante de um cenário de incertezas, podemos vislumbrar uma extensa lista de oportunidades atreladas a questões sociais, ambientais e climáticas. E, para mapear e aproveitar tais oportunidades, montamos uma estrutura organizacional voltada ao fomento da sustentabilidade.

Nesse contexto, somos norteados pela sustentabilidade, que está expressa em nossa estratégia, políticas e nos diversos acordos e compromissos voluntários assumidos.

O principal objetivo da governança em sustentabilidade é gerir o desempenho social, ambiental e climático com base na [Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática \(PRSAC\)](#), que considera, de forma integrada, as dimensões econômica, social, ambiental e climática nos negócios e na relação ética e transparente com as partes interessadas.

O Comitê Executivo de Sustentabilidade do BB

(Cesus), subordinado ao Conselho Diretor, que conta com a participação de Vice-Presidentes e Diretores e possui, dentre outros objetivos, o de decidir sobre o [Plano de Sustentabilidade - Agenda 30 BB](#), orientar a implementação de iniciativas de sustentabilidade com potencial impacto nos negócios e definir diretrizes de atuação para o tema. A partir de setembro de 2024, passou a aprovar diretrizes e objetivos relativos ao Programa de Diversidade, Equidade e Inclusão, anteriormente sob responsabilidade do Comitê Executivo de Pessoas, Equidade e Diversidade (Ceped).

O Comitê de Sustentabilidade Empresarial (Cosem), tem como objetivo fortalecer a governança corporativa de sustentabilidade do BB ao assessorar o Comitê de Administração do BB (CABB) nos temas de sua competência. Sua atuação visa avaliar e acompanhar o desempenho sustentável do BB e a efetividade das ações previstas no nosso Plano de Sustentabilidade, além de acompanhar a evolução do tema, buscando identificar oportunidades e riscos, de forma a gerar valor para o Banco do Brasil e seus públicos de interesse.

Seus membros também devem propor e acompanhar a execução de iniciativas que melhorem o desempenho social, ambiental e climático do Banco e assessorar o Conselho de Administração na incorporação e monitoramento da sustentabilidade na estratégia dos negócios e nas práticas administrativas da empresa.

Estrategicamente, o tema sustentabilidade é conduzido pela Unidade ASG, vinculada à Vice-Presidência Negócios de Governo e Sustentabilidade Empresarial (Vigov), e os assuntos relacionados ao tema são discutidos no Fórum de Sustentabilidade BB, que reúne alguns executivos do BB e da Fundação Banco do Brasil, para apoiar o processo de incorporação, alinhamento e disseminação dos princípios e práticas de sustentabilidade do BB e acompanhar as iniciativas relacionadas à sustentabilidade e à implementação das ações previstas na [Agenda 30 BB](#). O Fórum de Sustentabilidade realiza reuniões trimestrais e está subordinado ao Cesus.

Ademais, semestralmente, é realizado reporte ao Conselho Diretor e ao Conselho de Administração, que apresenta os avanços do BB no âmbito social, ambiental e climático.



Figura 6. Compromissos BB 2030 para um Mundo mais Sustentável



Em específico, no que tange às mudanças climáticas, o Banco do Brasil está ciente não só da relevância e urgência desse tema, mas também do papel fundamental que desempenha no engajamento junto à governos, setor privado e sociedade. E, por meio do [Compromisso do Banco do Brasil com as Mudanças Climáticas](#), fortalecemos nosso empenho e o fomento à agricultura de baixo carbono, à preservação da biodiversidade e impulsionamento da bioeconomia, à promoção de energias renováveis no país e a projetos sociais, com foco no desenvolvimento produtivo, no empreendedorismo e na inclusão social e financeira.



Nesse sentido, o Banco do Brasil vem empenhando esforços e desenvolvendo produtos e serviços relacionados as seguintes oportunidades:

Mercado de Carbono (Aspecto Climático)

Através de uma estratégia de atuação robusta e completa, o BB se propõe a exercer um papel transformador na sociedade, oferecendo a seus clientes alternativas para fomentar práticas para mitigação das mudanças climáticas e incentivo à transição para uma economia de baixo carbono, mostrando que investir em projetos sustentáveis no Mercado de Carbono é uma excelente opção para quem deseja estimular um ambiente de negócios que considera resultados financeiros e o impacto positivo na sociedade e no meio ambiente.

Para apoiar as empresas que vêm assumindo voluntariamente o compromisso de mensurar e neutralizar suas emissões em sua jornada de descarbonização, identificamos oportunidades de atuação para o BB considerando três pilares:

- **Estratégia Climática:** financiar a adoção de práticas de mitigação e adaptação climática;
- **Redução de Emissões:** assessorar a elaboração de inventários de emissões, financiar práticas

para a transição para uma economia de baixo carbono, intermediar a aquisição de créditos de carbono de projetos íntegros e elaborar planos para descarbonização do seu processo produtivo, clientes e fornecedores a partir de metas baseadas no SBTi – *Science Based Targets*;

- **Originação de projetos de Carbono:** apoiar clientes na identificação e elaboração de projetos geradores de créditos de carbono, a partir de padrões e metodologias reconhecidas no mercado, estimulando práticas de conservação e restauração florestal, agricultura de baixo carbono, eficiência energética e energia renovável.

Tudo isso acontece por meio de parcerias estabelecidas pelo Banco com empresas especializadas em projetos de geração de créditos de carbono.

Até o momento, o Banco possui mais de 1,05 milhões de hectares em áreas de floresta nativa preservada a partir de projetos de carbono de clientes. Temos o compromisso público de atingir, até 2030, 2 milhões de hectares preservados e/ou reflorestados.

Finanças Sustentáveis (Aspectos Social, Ambiental e Climático)

Utilizamos um modelo de Finanças Sustentáveis que estabelece parâmetros e gestão para a captação de recursos para projetos classificados como sustentáveis no mercado global. Os recursos de captações deste tipo, podem ser usados para financiar projetos capazes de oferecer retornos financeiros e atrelados a benefícios sociais, ambientais, climáticos e de governança.

O processo teve início com o Acordo de Cooperação Técnica e Financeira entre o Banco do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e contou com o apoio técnico da consultoria Nint/ERM (antiga Sitawi) Finanças do Bem, resultando na elaboração do [Framework de Finanças Sustentáveis](#), cujas categorias Verde e Social são contempladas. A possibilidade de alavancar projetos relacionados à agricultura de baixo carbono o diferencia dentre aqueles disponíveis no mercado.

Em fevereiro de 2024, o modelo foi atualizado. O novo Framework define critérios de elegibilidade para as seguintes categorias verdes:

- Gestão Ambientalmente Sustentável dos Recursos Naturais Vivos e Uso do Solo;



- Energia renovável;
- Eficiência Energética;
- Edifícios Verdes;
- Transporte Limpo;
- Gestão Sustentável de Água e Águas Residuais.

Também define os critérios de elegibilidade para as seguintes categorias sociais:

- Habitação a Preços Acessíveis;
- Financiamento de Micro e Pequenas Empresas e Microfinanças;
- Avanço e Empoderamento Socioeconômico;
- Acesso a Serviços Essenciais.

Nesta atualização, os questionamentos suscitaram discussões e negociações sobre temas materiais, como por exemplo, limites para padrões socioambientais de emissões de poluentes e resíduos, influenciando a elegibilidade dos ativos passíveis de compor carteira financiada, além de ajustes não materiais relacionados a performance e evolução das práticas e governança ASG do BB.

Captações Sustentáveis (Aspectos Social, Ambiental e Climático)

Após o lançamento do primeiro *Framework* de Finanças Sustentáveis em 2022, e também sua atualização em 2024, fizemos a emissão de 3 *bonds* rotulados no mercado de capitais: em 2022, o *Social Bond* do BB com valor de US\$ 500 milhões com foco no apoio a micro e pequenas empresas no contexto da pandemia e, em 2023 e 2024 dois *sustainability bonds* de US\$ 750 milhões cada, voltados ao fomento de energias renováveis e apoio aos pequenos negócios.

Em 2024, o BB lançou seu *Framework* de Dívidas Vinculadas à Sustentabilidade, que visa reforçar o compromisso do banco com a transição para uma economia mais verde e inclusiva permitindo a emissão de títulos e empréstimos vinculados à sustentabilidade nos mercados doméstico e internacional.

Dessa forma, o BB apresentou ao mercado seus objetivos sustentáveis, sendo eles o aumento do saldo para negócios sustentáveis, a ampliação de crédito para operações de agricultura sustentável, a redução da intensidade de emissões de GEE financiadas do portfólio de crédito e o aumento da diversidade de gênero e racial na alta liderança.

Após o lançamento, realizamos operações de captações sustentáveis bilaterais que vinculam esses compromissos e/ou outros aspectos sustentáveis com o objetivo de permitir uma estrutura ASG consistente que viabilize a captação com melhor perfil de custo.

As estruturas de sustentabilidade, utilizadas de forma singular ou combinada, permitiram a negociação de recursos com a temática ASG com volume superior a US\$ 7 bilhões entre operações desembolsadas e em estruturação.

Como destaque, relatamos a captação significativa com a Agência Multilateral de Garantia de Investimentos (MIGA), parte do Banco Mundial, no valor de US\$ 800 milhões, a estrutura da operação envolveu um sindicato de bancos composto por JPMorgan Chase Bank, Standard Chartered Bank, HSBC Bank e Crédit Agricole que aportaram o capital mediante a garantia da MIGA.

Esta captação é parte do compromisso do Banco do Brasil com a sustentabilidade e a mitigação das mudanças climáticas, promovendo a conservação de terras e a redução de emissões de gases de efeito estufa, tendo em vista que sua temática visa apoiar pequenos e médios agricultores que utilizam a técnica de agricultura de baixo



carbono, conhecida como plantio direto, gerando grande impacto sustentável.

Também, participamos do primeiro leilão do Programa Eco Invest Brasil – Sublinha de *blended finance*, captando R\$ 800 milhões para financiar projetos sustentáveis que atendam aos critérios Ambientais, Sociais e de Governança (ASG). Esses recursos serão utilizados para promover a transformação ecológica do país, alavancando R\$ 4,8 bilhões voltados a apoiar os projetos elegíveis pelo Programa. Em 2025, captamos mais R\$ 4,17 bilhões no segundo leilão, voltado à recuperação produtiva de áreas degradadas, que permitirão a concessão de até R\$ 6,8 bilhões em crédito e a recuperação de 275 mil hectares, 20% da meta do programa.

Avançamos em novas negociações e parcerias com bancos multilaterais e agências internacionais de desenvolvimento para realizar captações sustentáveis que permitam a execução de projetos que gerem impactos sustentáveis.

Como exemplo, citamos o acordo assinado junto a Cassa Depositi e Prestiti, banco italiano com 82,7% de suas ações controladas pelo Ministério para a Economia e Finanças da Itália, que tem em seu escopo o apoio a Micro e Pequenas Empresas e a reconstrução do Rio Grande do Sul após a tragédia climática ocorrida naquele local.

Em 2025, o BB alcançou R\$ 45 bilhões em captações destinadas a investimentos em iniciativas ASG. Os recursos foram obtidos por meio da emissão de *Bonds* com perfil ASG e de operações com instituições multilaterais, bancos de investimento e bancos comerciais internacionais.

Avançamos em novas negociações e parcerias realizando captações sustentáveis que permitam a execução de projetos que gerem impactos sustentáveis. Durante a COP30, nós consolidamos agendas de negócios e parcerias com bancos multilaterais e agências internacionais de desenvolvimento. Em um contexto de ampla representatividade e visibilidade nacional e internacional, também firmamos novas parcerias e negócios, reforçando nosso posicionamento como protagonistas em sustentabilidade. Além disso, fortalecemos parcerias estratégicas e viabilizamos novos negócios alinhados à transição para uma economia verde e inclusiva.

Em 2025, foram anunciados durante a COP 30, em Belém, R\$ 3 bilhões em captações destinadas a promover pequenos negócios e empreendedorismo feminino, energia renovável e bioeconomia na região amazônica.

Com o programa Eco Invest Brasil, o BB alcançou R\$ 2,4 bilhões em contratos, atingindo 50% do valor previsto para o primeiro leilão, que direciona recursos para economia circular, eficiência energética, bioeconomia e infraestrutura verde. No 4º trimestre de 2025, o BB também iniciou o recebimento dos recursos referentes ao segundo leilão, que serão destinados à recuperação produtiva de áreas degradadas, cujo objetivo é alcançar 275 mil hectares e atingir R\$ 6,8 bilhões em investimentos.

Ainda em 2025, o BB captou 50 milhões de euros por meio do banco de desenvolvimento alemão KfW. Os recursos serão destinados ao financiamento do projeto “Fomento de Cadeias Produtivas Sustentáveis de Bioeconomia”. A operação inclui ainda uma doação de 4,5 milhões de euros do Ministério Federal da Cooperação Econômica e do Desenvolvimento da Alemanha (BMZ) para contragarantia e assistência técnica, reforçando o compromisso das instituições com o desenvolvimento sustentável e a inclusão socioeconômica. O projeto tem como foco ampliar o acesso ao crédito para pequenos produtores, comunidades tradicionais e agricultores familiares, especialmente na região amazônica. A meta é beneficiar mais de 4,5 mil



famílias, sendo pelo menos 600 mulheres, e promover investimentos em 50 mil hectares de áreas voltadas à bioeconomia.



Negócios Sustentáveis (Aspectos Social, Ambiental e Climático)

A identificação das linhas de crédito elegíveis para compor a Carteira de Negócios Sustentáveis do BB é baseada na metodologia desenvolvida pela Federação Brasileira de Bancos (Febraban) e publicada no estudo [“Mensurando Recursos Financeiros Alocados em Economia Verde”](#), e também no [Framework de Finanças Sustentáveis](#)

do Banco do Brasil, elaborado conforme os principais padrões internacionais, a exemplo dos Princípios para Títulos Verdes (*Green Bond Principles – GBP*) e Princípios para Títulos Sociais (*Social Bond Principles – SBP*), dentre outros.

Em constante aprimoramento, revisamos periodicamente as linhas de crédito e operações que a compõem, incluindo novas linhas, e tendo como base metodologias nacionais e internacionais.

A revisão de 2023 abarcou mudanças como alterações normativas, inclusões ou exclusões de produtos com características ASG, passando a contar com análise de até 38 linhas de crédito. Nesta versão, foram incluídos mecanismos e critérios de monitoramento e exclusão de operações que apresentam indícios de não conformidade social ou ambiental. Como resultado, foi publicado em 2024 o documento [“Second-Party Opinion sobre a Carteira de Negócios Sustentáveis do Banco do Brasil”](#)²⁶, localizado na aba [Sustentabilidade](#), seção Negócios Sustentáveis, da página de Relações com Investidores do BB.

Em dezembro de 2025, a Carteira de Crédito Sustentável do BB apresentou saldo de R\$ 415,1

bilhões em operações de crédito sustentáveis, crescimento de 7,3% em 12 meses. Este montante foi contratado em linhas de crédito com foco ambiental e social ou para financiar atividades e segmentos com impacto socioambiental positivo para os setores de energias renováveis, eficiência energética, construção, transporte e turismo sustentáveis, água, pesca, floresta, agricultura sustentável, gestão de resíduos, educação, saúde e desenvolvimento local e regional, reforçando o papel do BB no desenvolvimento do país e na construção de um futuro mais sustentável. Também são consideradas as empresas receptoras dos créditos que estejam inseridas em segmentos cuja atuação gera impactos sociais e ambientais transformacionais efetivos.

A Carteira de Crédito Sustentável é submetida a uma avaliação independente, que considera as principais taxonomias ASG nacionais e internacionais na classificação dos clientes e das linhas de crédito que compõem a carteira. A metodologia é revisada continuamente para incorporar as melhores práticas e referências pioneiras dos últimos anos.

A seguir, temos o detalhamento das modalidades de financiamentos considerados na carteira:

²⁶ Parecer emitido pela ERM NINT - NATURAL INTELLIGENCE LTDA, uma empresa do Grupo ERM



Figura 7. Carteira de Crédito Sustentável





Agricultura de Baixo Carbono (Aspectos Ambiental e Climático)

O Banco apoia iniciativas voltadas à mitigação, como o [Programa para Financiamento a Sistemas de Produção Agropecuária Sustentáveis](#) (RenovAgro – Programa para Financiamento a Sistemas de Produção Agropecuária Sustentáveis, antigo Programa ABC), que representa oportunidade tanto para o BB como para os produtores rurais.

O RenovAgro possui potencial para contribuir com o atingimento das metas ambientais do Acordo de Paris (NDCs). Seu papel é especialmente relevante, já que o Brasil apresentou metas não condicionadas ao recebimento de recursos internacionais, o que justifica ainda mais a necessidade de seu fortalecimento e alinhamento aos objetivos de mitigação de emissões de gases de efeito estufa.

Desde seu lançamento, em 2010, o BB vem liderando a iniciativa, que financia sistemas sustentáveis de produção agropecuária, com capacidade reconhecida de reduzir ou sequestrar emissões de GEE e promover a produção de vegetação/biomassa e de alimentos, bem como a preservação do meio ambiente.

Em dezembro de 2025, a carteira do RenovAgro do Banco do Brasil atingiu R\$ 11,02 bilhões, consolidando o seu crescimento ao longo dos anos.

Tabela 9. Evolução da carteira do RenovAgro – R\$ bilhões

Linhas de Financiamento	mar/24	jun/24	set/24	dez/24	mar/25	jun/25	set/25	dez/25
ABC Plantio Direto	3,83	3,79	4,08	4,12	4,23	4,34	4,20	4,27
ABC Recuperação	4,00	3,95	3,90	3,78	3,85	3,93	3,79	3,86
ABC Fixação	0,33	0,33	0,50	0,58	0,63	0,75	0,90	1,01
ABC Florestas	0,62	0,60	0,70	0,70	0,70	0,74	0,80	0,84
ABC Integração	0,41	0,42	0,49	0,51	0,54	0,57	0,59	0,63
ABC Ambiental	0,21	0,21	0,21	0,23	0,24	0,26	0,26	0,26
ABC Tratamento de Dejetos	0,06	0,06	0,06	0,07	0,07	0,09	0,08	0,09
ABC Orgânico	0,02	0,02	0,03	0,04	0,04	0,05	0,04	0,04
ABC Cultivos Permanentes	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02	0,01	0,01
ABC Dendê	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal	9,50	9,39	10,01	10,05	10,34	10,75	10,70	11,02

Ainda nesse contexto, o Banco participa do Programa Nacional de Conversão de Pastagens Degradadas em Sistemas de Produção Agropecuários e Florestais Sustentáveis (PNCPD), que promove a recuperação e conversão de pastagens de baixa produtividade em áreas agricultáveis. Essa iniciativa gerou a implementação do Caminho Verde, um acordo firmado com parceiros de inovação, destinado a promover modelo viável de rastreabilidade e sustentabilidade na pecuária de corte, visando recuperar áreas degradadas, aprimorar os processos de gestão das propriedades, incluir implantação de melhores práticas de agricultura de baixo carbono, inserir os produtores na rastreabilidade da cadeia produtiva e gerar bonificações ambientais para os pecuaristas.

Com a divulgação do 2º Leilão Eco Invest Brasil, o Banco irá operar linhas e fundos com foco na recuperação de terras degradadas e a promoção de sistemas produtivos sustentáveis no âmbito do programa Caminho Verde Brasil, destinando recursos a produtores rurais, cooperativas e empresas do agronegócio, como fabricantes de bioinsumos, processadoras de alimentos e usinas de biocombustíveis.



Estratégia de Bioeconomia

A conservação da biodiversidade e dos estoques de carbono da Amazônia brasileira é fundamental para a regulação climática global e para salvaguardar benefícios sociais e econômicos para a região. Estima-se que 25% da biodiversidade e 40% das florestas tropicais globais está na Amazônia²⁷, e 64% do bioma amazônico faz parte do território brasileiro.

O desenvolvimento sustentável da bioeconomia amazônica pode oferecer benefícios sociais e econômicos em áreas de atuação complementares. Estima-se que a bioeconomia Florestal contribua para a vida de 400 mil famílias de extrativistas, somando R\$ 1 bilhão em valor de produção em 2020, sendo 70% açaí e 16% castanha do Brasil. Se considerarmos o potencial de agregação de valor na cadeia (processamento e comercialização), a receita de produtos compatíveis com a floresta poderia ultrapassar mais de 2,5X²⁸. No entanto, a participação brasileira no mercado internacional desses produtos é de apenas 0,2%²⁹.

A bioeconomia é classificada em três “visões” - biotecnológica, biorrecursos e bioecológica³⁰, facilitando o diálogo e integração de sinergias entre as diversas narrativas e estratégias de atuação, permitindo a construção de estruturas de governança e os marcos regulatórios sobre o tema na Amazônia Legal. Em comum, as três visões tratam do uso de matéria-prima de base biológica para a produção de bens e serviços, mas cada uma dessas visões adota diferentes caminhos e possui diferentes objetivos.

A Estratégia BB de fortalecimento da Bioeconomia na Amazônia dará maior ênfase à visão bioecológica na definição das cadeias da Bioeconomia, tendo como foco estratégico fomentar cadeias produtivas e atividades sustentáveis que impactam positivamente na conservação e restauração da cobertura vegetal e da biodiversidade da Amazônia Legal. Portanto, na visão bioecológica, os conceitos de bioeconomia e desenvolvimento de bionegócios surgem como alternativas econômicas para substituir atividades e modelos produtivos que são incompatíveis com a manutenção da floresta em pé.

Desde 2023, diversas ações foram realizadas no contexto do programa de Bioeconomia BB para a Amazônia.

Em 2023, o BB realizou a sua adesão à Coalizão Verde, visando promover soluções financeiras e atividades produtivas sustentáveis, e assinatura de cartas de intenções com o Banco Mundial, BID e BMO Financial Group, captando mais de US\$ 1 bilhão para iniciativas de recuperação ambiental, bioeconomia e exportação de produtos agrícolas sustentáveis.

Durante a COP 28, o BB e o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima assinaram um protocolo de intenções para investimentos em bioeconomia e resiliência climática. Além disso, o BB firmou acordos com Natura para promover a cadeia produtiva de produtos amazônicos e com o Estado do Pará para estruturar um empréstimo ASG visando a preservação dos rios do estado.

Dando continuidade, em 2024, o BB promoveu o evento “Impulsionando a Sociobioeconomia da Amazônia”, junto com o Instituto Clima e Sociedade (ICS) e o Ministério do Meio Ambiente, em Belém. O evento marcou o anúncio de uma série de acordos, parcerias e iniciativas negociais

²⁷ <https://www.worldbank.org/pt/news/feature/2019/05/22/why-the-amazons-biodiversity-is-critical-for-the-globe>

²⁸ Bioeconomia da sociobiodiversidade no Estado do Pará: Resultados e recomendações para políticas públicas (TNC)

²⁹ Oportunidades para exportação de produtos compatíveis com a floresta (Amazônia 2030)

³⁰ Bioeconomia na Amazônia: Análise Conceitual, Regulatória e Institucional (Amazônia 2030)



focadas no fomento da bioeconomia, com potencial de impactar mais de 2 milhões de pessoas. O acordo com o Instituto Clima e sociedade (iCS) busca fomentar a produção sustentável e os pequenos agricultores, extrativistas, cooperativas e outros agentes da região, impulsionando a economia local e preparando esses clientes para o crédito e linhas de financiamento para bioeconomia.

Outra parceria, firmada com o Ministério do Meio Ambiente, busca aumentar a educação financeira e a bancarização dos clientes, com oferta de novos serviços financeiros, além da ampliação do sistema de assistência técnica integrada ao planejamento financeiro e de crédito. O acordo também prevê o incentivo à inovação tecnológica e à melhoria dos serviços ecossistêmicos mantidos nos territórios de manejo da bioeconomia e da sociobioeconomia.

Em maio de 2024, o BB criou o Hub financeiro para impulsionar a Sociobioeconomia, com sedes nas cidades de Belém (PA) e Manaus (AM). O Hub conta com o atendimento "*figital*"³¹, e centraliza todas as iniciativas relacionadas à bioeconomia, oferta de produtos financeiros adequados ao público de relacionamento, além de

disponibilizar assistência técnica, sempre que necessário.

Na 16ª Conferência das Partes (COP 16) da convenção das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica (CBD), realizada em outubro de 2024 em Cali, Colômbia, no Pavilhão Brasil, organizado pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima e coorganizado pelo BB e pelo Instituto Clima e Sociedade (iCS), foi destacado o potencial da bioeconomia para a biodiversidade e para

enfrentar a crise climática, com o lançamento do estudo "Impulsionando a Sociobioeconomia da Amazônia". Este estudo elenca recomendações para fortalecer uma agenda pré-competitiva e para destravar o financiamento da sociobioeconomia na Amazônia.

Os acordos concretizam nossos compromissos públicos, com metas concretas, para uma atuação cada vez mais sustentável.



³¹ Conceito que combina a fusão entre o mundo físico e o digital



Em 2025, o Banco do Brasil consolidou sua posição como protagonista na promoção da sociobioeconomia, com iniciativas que aliam desenvolvimento econômico, inclusão social e conservação ambiental, atuando fortemente na região da Amazônia legal e expandindo sua atuação para os biomas Cerrado e Mata Atlântica, inaugurando um Hub Financeiro na cidade de Ilhéus, em agosto.

Com o objetivo de ativar territórios, em conjunto com o iCS e com a organização do Instituto Conexões Sustentáveis (Conexsus), o BB realizou 8 fóruns de Ativação de Crédito (Medicilândia-PA; Santarém-PA; Breves-PA; Lábrea-AM; Cametá-PA; Porto de Moz-PA; Ituberá-BA; e Resex Chico Mendes- AC). A ativação territorial tem o papel de mobilizar atores locais e recursos para destravar barreiras históricas (como falta de documentação, acesso ao crédito e assistência técnica) e criar condições para que comunidades tradicionais, agricultores familiares e povos originários possam participar da economia de forma sustentável.

Ainda em 2025, o BB lançou sua estratégia de Agentes de Crédito da Sociobioeconomia, em parceria com BID, Banco Mundial e iCS, alinhada à Portaria Conjunta MDA/MMA Nº 02 de 24/01/2025. Os agentes são um grupo de

profissionais locais, capacitados para orientar produtores sobre documentação, produção sustentável, educação financeira, elaboração de projetos e acesso a crédito rural. A combinação entre orientação técnica, financeira e documental aumenta a confiança, compreensão e autonomia das famílias, contribuindo para a preservação da biodiversidade, o fortalecimento da base produtiva e o aumento da renda familiar, em atividades produtivas sustentáveis nos diversos biomas brasileiros, com destaque para Amazônia, Cerrado e Mata Atlântica.

Durante a COP 30, o BB destacou dois projetos em Bioeconomia: a inclusão de produtos da sociobiodiversidade na plataforma Shopping BB, em parceria com a Amazon e o chamamento público de *startups*. O primeiro projeto tem o objetivo de aproximar clientes, parceiros e soluções financeiras do ecossistema ASG do BB, impulsionando a transformação econômica sustentável e valorizando comunidades tradicionais e cadeias produtivas responsáveis, por meio de um novo canal de oferta de produtos regionais do Bioma Amazônia no app BB. A iniciativa reforça o papel do BB na ampliação do impacto positivo das escolhas de consumo, promovendo inclusão e geração de renda local, além de facilitar o acesso a produtos e serviços

que contribuem para uma economia mais justa e sustentável.

Outro destaque da COP 30 foi o Chamamento Público de Startups com estratégias de negócios alinhadas à sociobioeconomia, para se inscreverem no BB Ventures com a oportunidade de receberem investimentos. O BB Ventures é uma das ferramentas que o BB usa para Inovação Aberta. A partir de uma tese de investimento, o banco se conecta com *startups* que tenham potencial de tracionar soluções. Com essa iniciativa, o BB espera impulsionar soluções inovadoras para a transição climática, fortalecer ecossistemas de inovação, atrair investimentos, gerar escala e dar visibilidade global às *startups* brasileiras.

Com todas essas ações e projetos, o Banco do Brasil reafirma seu compromisso em liderar a transformação para uma economia de baixo carbono, promovendo inclusão social e valorização da biodiversidade. Ao integrar inovação, crédito sustentável e parcerias estratégicas, o BB fortalece a bioeconomia como vetor de desenvolvimento regional e global, consolidando sua posição como agente de mudança na construção de um futuro mais justo, resiliente e alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Considerações Finais



O Relatório de Riscos e Oportunidades Sociais, Ambientais e Climáticas evidencia o nível de maturidade do Banco do Brasil na gestão integrada desses temas, demonstrando alinhamento estratégico entre governança, processos, indicadores, gerenciamento de riscos e aproveitamento de oportunidades.

A incorporação sistemática dos aspectos sociais, ambientais e climáticos à estratégia corporativa, ao gerenciamento de capital e à tomada de decisão reforça a resiliência do Banco frente a cenários adversos, ao mesmo tempo em que promove inovação, competitividade e geração de valor sustentável.

Adicionalmente, a Instituição demonstra estar em constante evolução, com foco permanente no aprimoramento de suas estruturas, processos, metodologias e instrumentos de gestão do Risco Social, Ambiental e Climático. Essa postura se traduz na revisão periódica de políticas, na evolução dos indicadores, no fortalecimento dos testes de estresse, na ampliação das análises de cenários e na busca contínua por alinhamento às melhores práticas regulatórias e de mercado.

Dessa forma, o BB consolida seu papel como instituição financeira sólida, resiliente e comprometida com a transparência, com a sustentabilidade e com a perenidade de seus negócios, contribuindo de forma relevante para o desenvolvimento sustentável da sociedade e do sistema financeiro

